

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **O *podcast* e o consumo de notícias: o caso das pessoas com deficiência visual**

Inês da Silva Dias

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Professor Doutor Pedro Miguel Pereira Neto, Professor Auxiliar Convidado,  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2021





SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

**O *podcast* e o consumo de notícias: o caso das pessoas com deficiência visual**

Inês da Silva Dias

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador:

Professor Doutor Pedro Miguel Pereira Neto, Professor Auxiliar Convidado,  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2021



## **Agradecimentos**

*Antoine de Saint-Exupéry: "Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós."*

Ao Professor Doutor Pedro Miguel Pereira Neto, o meu orientador. Pela sua inteira disponibilidade, pela sua (enorme) paciência, pela sua ajuda e compreensão, pelas suas tantas e boas sugestões que permitiram dar robustez e enriquecimento ao estudo, e por transmitir-me sempre força para continuar a fazer mais e melhor. Agradeço-lhe muito, por me ter guiado nesta etapa tão importante da minha vida.

Ao Presidente da Associação Promotora do Ensino dos Cegos, o Exmo. Sr.<sup>o</sup>. Víctor Graça, pela sua generosa ajuda desde o início do estudo, pela sua colaboração no processo de recolha de dados, e por todo o tempo que dispensou para me ouvir e aconselhar. Muito obrigada.

À ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal, em particular à Delegação de Lisboa. Por terem sido sempre prestáveis e elucidativos no esclarecimento das minhas dúvidas, por estarem sempre disponíveis para me ajudar na procura de literatura relativa à temática do estudo, e por colaborarem no processo de recolha de dados. Muito obrigada.

Aos meus pais e à minha companheira de quatro patas. Por estarem sempre presentes em todas as etapas da minha vida de forma tão encorajadora e positiva. Pelo vosso carinho e amor incondicional, pela vossa paciência e apoio nas alturas mais difíceis. Sem vocês, eu não conseguia. Obrigado por acreditarem, sempre.

À Maria do Rosário. Por todas as vezes que me ligou com uma palavra de conforto e estima. Por me transmitir força e amor, sem nunca se esquecer de acender uma vela e rezar por mim. Obrigada por tudo, querida tia.

À Rita, pela amizade e apoio incondicional. Por estar sempre presente na minha vida, e em particular, nesta etapa. Por tudo o que vivemos juntas, por todas as vezes que foi incansável comigo, e por tornar (sempre, e sem exceção) os meus dias mais alegres e leves. Obrigada por tudo, és muito importante para mim.

À Eva, a amiga que está sempre presente. Por desbloquear todos meus medos com tanto amor, carinho e paciência. Por preencher a minha vida, diariamente, com o seu sentido de humor, com a sua energia positiva, e a sua amizade incondicional. Sou-te grata, por teres estado sempre presente quando mais precisei.

À Madalena, por tudo aquilo que representa para mim. Obrigado por apoiar sempre os meus sonhos, por estar sempre presente na minha vida e por nunca permitir que eu deixe de acreditar. Nem por um segundo. Obrigado por tudo.

À Inês, a colega de mestrado que o ISCTE-IUL me deu. Obrigado por teres percorrido esta jornada comigo, sempre com muitas gargalhadas e lágrimas pelo meio, várias doses de café e trabalho, e acima de tudo, com muito carinho uma pela outra.

Carlos, Roberta e Gustavo. Obrigado por tudo.

## Resumo

Com base em alguns estudos realizados em contexto nacional, os média portugueses com presença na Internet apresentam restrições ao consumo de conteúdos mediáticos para pessoas com deficiência visual (Fernandes, 2011; Pinto, 2014; Silva, 2017). O presente estudo exploratório pretendeu contribuir para a discussão e aprofundamento do conhecimento científico acerca do formato *podcast*, para um jornalismo mais inclusivo e acessível, avaliando a forma como os *podcasts* existentes, segundo a opinião de quem os consome, promovem a inclusão de audiências com deficiência visual. Os resultados sugerem que, segundo a amostra de pessoas com deficiência visual que participaram neste estudo, o formato *podcast* é acessível para o consumo de notícias e de que a informação transmitida é feita de forma clara e adequada aos seus interesses, de modo geral. Os resultados também sugerem que na perceção das pessoas com deficiência visual, as potencialidades deste formato para o consumo de notícias são mais significativas do que os seus desafios. No entanto, verifica-se que este formato ainda não é 100% acessível para pessoas com deficiência visual. 13 pessoas (52.0%), afirmaram já ter sentido dificuldades no acesso, tendo mencionado algumas sugestões de melhoria que devem ser tidas em consideração, para que este formato continue a evoluir e a melhor atender às necessidades de pessoas com deficiência visual.

**Palavras-chave:** *Podcast*, Literacia Mediática, Usabilidade, Acessibilidade, Deficiência Visual (i.e., Cegueira Total e Baixa Visão).



## Abstract

Based on some studies carried out in a national context, the portuguese media with a presence on the internet show restrictions in the consumption of media content for people with visual impairment (Fernandes, 2011; Pinto, 2014; Silva, 2017). This exploratory study intended to contribute to the discussion and deepening of scientific knowledge about the *podcast* format, for a more inclusive and accessible journalism, evaluating how existing *podcasts*, according to the opinion of those who consume them, promote the inclusion of audiences with visual impairment. The results suggest that, according to the sample of visually impaired people who participated in this study, the *podcast* format is accessible for the consumption of news and that the information transmitted is generally made in a clear and adequate way to their interests. The results also suggest that in the perception of people with visual impairment, the potential of this format for news consumption is more significant than its challenges. However, it appears that this format is not yet 100% accessible for people with visual impairment. 13 people (52.0%) stated that they had already experienced difficulties in accessing them, having mentioned some suggestions for improvement that should be taken into account, so that this format continues to evolve and better meet the needs of people with visual impairment.

**Keywords:** *Podcast*, Media Literacy, Usability, Accessibility, Visual Impairment (i.e., Total Blindness and Low Vision).



## Índice

Introdução .....	1
Capítulo I. Jornalismo e Tecnologia.....	3
1.1. A Voz como Espaço da Prática de Jornalismo .....	3
A Rádio enquanto projeto Tecnológico.....	3
A Rádio enquanto projeto Psicossocial .....	4
A Rádio enquanto Projeto Económico-Jornalístico: O caso de Portugal.....	8
1.1. O Desenvolvimento Tecnológico e a sua Influência na Transformação dos Modelos de Oferta Jornalística Audiofónica .....	11
1.3 O <i>Podcasting</i> .....	12
Capítulo II. A Deficiência Visual .....	17
2.1. A Deficiência Visual: Números e Conceitos.....	17
2.2. A Deficiência Visual como Condicionante do Consumo de Conteúdos Mediáticos.....	19
2.2.1. A Deficiência Visual como Condicionante do Consumo de Jornalismo .....	21
2.2.2. O Papel da Voz na sua Relação com Audiências com Deficiência Visual .....	22
2.3. Problema de Investigação, Objetivos e Hipóteses .....	23
Capítulo III. Método .....	25
3.1. Participantes.....	25
3.2. Instrumentos .....	26
3.3. Procedimento .....	27
3.4. Estratégia de Análise .....	27
Capítulo IV. Resultados.....	29
Capítulo V. Discussão .....	41
Considerações finais.....	47
Referências Bibliográficas .....	49
Anexos .....	56
Anexo A- Inquérito por questionário dirigido a pessoas com deficiência visual .....	56



## Índice de Quadros e Figuras

Tabela 1. Dispositivo utilizado para aceder a um podcast, por idade (n e %) .....	29
Tabela 2. Recurso auxiliar utilizado para ouvir um podcast, por deficiência visual (n e %).....	30
Tabela 3. Utilização regular do formato podcast, por género (n e %) .....	30
Tabela 4. Conteúdos e preferências na utilização do formato podcast.....	31
Tabela 5. Utilização do formato podcast para o consumo de notícias, por habilitação literária (n e %) .....	33
Tabela 6. Acessibilidade do formato podcast para o consumo de notícias da atualidade (n e %) .....	34
Tabela 7. Informação noticiosa transmitida de forma clara e adequada aos seus interesses (n e %).	34
Tabela 8. Categorias temáticas de notícias (n e %) .....	35
Tabela 9. Vantagens e desvantagens na utilização do formato podcast para o consumo de notícias	36
Tabela 10. Forma de aceder e ouvir um podcast, por género (n e %) .....	38
Tabela 11. Praticidade ao aceder a conteúdos em formato podcast, no dia a dia, por habilitação literária (n e %) .....	38
Tabela 12. Dificuldades ao aceder a um conteúdo em formato podcast (n e %) .....	39



## Introdução

Alguns estudos realizados em contexto nacional têm vindo a demonstrar como a presença dos média na Internet (i.e., imprensa escrita, radiofónica e televisiva) apresenta condicionantes no acesso de conteúdos mediáticos para utilizadores com deficiência visual (Fernandes, 2011; Pinto, 2014; Pinto & Teixeira, 2012). Neste contexto, a investigação também revela que os jornalistas portugueses reconhecem o papel que os média desempenham na vida das pessoas com deficiência visual (Neves, 2011) considerando ser importante a criação de conteúdos jornalísticos acessíveis que promovam o direito ao acesso à informação, à inclusão social e ao exercício pleno de cidadania (Silva, 2017). No entanto, ainda se verifica um insuficiente cumprimento dos requisitos mínimos de usabilidade e acessibilidade e que podem resultar em condições de exclusão e de desigual acesso à informação disponível na *web* (Fernandes, 2011; Pinto, 2014; Pinto & Teixeira 2012; Silva, 2017). Em contrapartida a esta problemática, a ascensão do *podcast* enquanto ferramenta educativa tem sido algo cada vez mais estudado com resultados que demonstram as vantagens da sua utilização tanto para alunos normativos como para estudantes com deficiência visual (e.g., Bezerra, 2018; Buzzi et al., 2011; Freire, 2011; Junior & Coutinho, 2009; Mafort et al., 2019). Por sua vez, ainda pouco se sabe na literatura portuguesa sobre a sua utilização enquanto formato para o consumo de notícias. Desta forma, o presente estudo exploratório tem como objetivo compreender as potencialidades e desafios que uma ferramenta como o *podcast* pode ter no consumo de notícias para pessoas com deficiência visual.

Este trabalho encontra-se organizado pelos seguintes cinco capítulos: enquadramento conceptual, método, resultados e discussão. No primeiro capítulo do enquadramento conceptual, encontra-se desenvolvido um quadro teórico que procura interligar a história da rádio com o desenvolvimento tecnológico e a sua conseqüente influência nos novos modelos de oferta jornalística audiofónica (i.e., da rádio hertziana à rádio online), como também, a abordagem ao tópico do *podcasting*. No segundo capítulo do enquadramento conceptual, é descrita a evolução do conceito de pessoas com deficiência ao longo do tempo, bem como, a apresentação de alguns estudos que evidenciam a falta de acessibilidade nos média portugueses, e em particular, no jornalismo. Adicionalmente, tentou-se ainda fazer referência ao papel da voz na relação com audiências com deficiência visual, ainda que esta temática se encontre pouco explorada. Em seguida, foi apresentado o problema de investigação, os objetivos gerais e específicos do estudo e as três hipóteses. Posteriormente, encontra-se o capítulo do método que descreve a amostra do estudo, os instrumentos utilizados, o procedimento adotado e a estratégia de análise. Seguindo-se assim, o capítulo com os resultados obtidos neste estudo. E, por fim, é feita a discussão e comparação dos resultados com a revisão da literatura, as limitações do estudo e respetivas sugestões para investigações futuras.



## Capítulo I. Jornalismo e Tecnologia

### 1.1. A Voz como Espaço da Prática de Jornalismo

#### A Rádio enquanto projeto Tecnológico

A chegada a Portugal do fenómeno de radiodifusão sonora (i.e., *broadcasting*), que visa a transmissão unilateral de comunicações sonoras por via de ondas eletromagnéticas (Ferraretto, 2014), através de sistemas de modelagem em amplitude (i.e., AM) e de frequência (i.e., FM) (Barbosa, 2010), encontra-se estritamente relacionada com um conjunto de sucessivas descobertas científicas e tecnológicas que acabaram por tornar a rádio num instrumento de comunicação inovador e até recente, do ponto de vista histórico (Correia, 2004).

Foi a partir do século XIX que começou a surgir a telegrafia sem fios (i.e., TSF), uma descoberta pioneira e antecessora à radiodifusão (Briggs & Burke, 2006), tendo sido impulsionada através do contributo do cientista inglês James Clerck Maxwell em 1864, quando o mesmo fundamentou de forma quantitativa a sua teoria relativa às ondas eletromagnéticas, baseada em investigação já realizada, nomeadamente pelo físico britânico Michael Faraday (Dávila, 2020; Masip, 2015).

Igualmente importantes foram os avanços levados a cabo pelo físico alemão Henrich Hertz, uma vez que através da criação de um aparelho no seu laboratório, conseguiu emitir e detetar ondas de propagação radiofónica, que ficaram conhecidas por “ondas hertzianas” (Braun, 1992; Cotanis, 1997). Em sua homenagem, a unidade de medida utilizada para determinar as ondas de frequência foi designada de *hertz* (i.e., Hz). No entanto, o verdadeiro criador da rádio foi o físico norte-americano Lee de Forest, que desenvolveu a válvula eletrónica tríodo, designada de “*audion*”, para a qual criou uma patente (Briggs & Burke, 2006). Esta descoberta funcionava como um amplificador de rádio, de modo que sinais como o de Código Morse, música e palavras pudessem chegar a longas distâncias (Briggs & Burke, 2006). O mesmo título tem sido apontado para o físico italiano Guglielmo Marconi (Cotanis, 1997), no entanto, este foi acusado de replicar aquilo que já havia sido desenvolvido por outros, utilizando apenas uma outra forma de o fazer, segundo a avaliação feita por parte de um escritor do jornal *Quarterly Review* (Briggs & Burke, 2006). Marconi nunca encarou a rádio como um veículo de difusão, como também nunca mencionou o conceito de rádio em nenhum contexto (Briggs & Burke, 2006). Ao contrário disso, Lee de Forest via na rádio um enorme potencial enquanto meio de comunicação (Briggs & Burke, 2006), quer para entreter, quer para enriquecer culturalmente a população (Faria, 2009).

Na perspetiva do teórico canadense Marshall McLuhan, refletida no trigésimo capítulo “Rádio, o tambor tribal” do seu livro *Understanding Media: The Extensions of Man* publicado em 1964, a principal mudança introduzida pela rádio no contexto da era eletrónica, foi a de recuperar a cultura da

oralidade e da fala humana cuja essência havia sido desvalorizada, e substituída pela “*tecnologia do individualismo*” criada pela imprensa (Del Bianco, 2005). No seu entendimento, a rádio era considerada como uma “*tecnologia da tribo*” que resgatava “o sentido de comunidade, a voz do quarteirão, o localismo, a magia tribal antes soterrada na memória, o acesso ao mundo não visual, a comunicação íntima e particular de pessoa para pessoa” (Del Bianco, 2005, p.5). O teórico fez uso de referências simbólicas alusivas a um “relacionamento de tribo”, pois remetem para a própria natureza tecnológica do meio, que consegue estabelecer e fortalecer uma relação entre o homem e a comunidade (Del Bianco, 2005), através de uma sensação de “aproximação individualizada” proporcionada pelo discurso radiofónico (Portela, 2011, p.31).

A rádio é, assim, resultado do desenvolvimento e disponibilidade tecnológica (e.g., altifalante; eletricidade nas habitações; produção de telefonias, entre outros) (Santos, 2015; Santos, 2017), que lhe permitiram criar a sua própria identidade e espaço enquanto meio de comunicação à distância, tendo como privilégio o uso de elementos como o som e o da voz humana para estabelecer vínculos de proximidade e intimidade com a generalidade da população.

### **A Rádio enquanto projeto Psicossocial**

Perante o percurso centenário e resiliente da rádio, dentro do campo dos média tradicionais (i.e., imprensa e televisão) o seu maior elemento distintivo tem sido simultaneamente o que lhe confere a sua maior força: a ausência visual (Oliveira, 2013). Tal como refere a investigadora Madalena Oliveira (2013), “A experiência estética do ouvir é a experiência mediática mais original que a rádio pode oferecer a uma civilização convertida ao assombro da imagem” (p.81). No livro *El lenguaje radiofónico*, o autor e teórico Armand Balsebre (2012), define a linguagem radiofónica como:

Um conjunto de formas sonoras e não sonoras representadas pelos sistemas expressivos da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio, cuja significação é determinada pelo conjunto de recursos técnico-expressivos de reprodução sonora e o conjunto de fatores que caracterizam o processo de percepção sonora e imaginativo-visual dos radiouvintes (Balsebre, 2012, p.27)<sup>1</sup>.

Embora não possua uma componente visual, a rádio consegue despertar um sentido criativo e imaginário nos seus ouvintes, na medida em que através da sua linguagem simples e estimulante,

---

1 Na versão original: “*Lenguaje radiofónico* es el conjunto de formas sonoras y no-sonoras representadas por los sistemas expresivos de la palabra, la música, los efectos sonoros y el silencio, cuya significación viene determinada por el conjunto de los recursos técnico-expresivos de la reproducción sonora y el conjunto de factores que caracterizan el proceso de percepción sonora e imaginativo-visual de los radio-yentes” (Balsebre, 2012, p.27).

conseguem materializar uma imagem visual através da imagem acústica (Berté et al., 2008) aquando da emissão dos programas. Na mesma linha, e segundo Eduardo Meditsch (1997), essas imagens possuem características de enorme riqueza, contendo em si três dimensões sensoriais: a tátil, a olfativa e a auditiva, sendo “(...) a seletividade e a versatilidade proporcionadas pela sua condição invisível que garantem a eficiência do discurso do rádio” (Meditsch, 1997, p.11). Não obstante a todos estes elementos que tornam a rádio, num meio de comunicação fascinante, alguns autores apontam para o facto de esta ter vindo a ser pobremente explorada na literatura portuguesa em comparação com outros meios de comunicação (Bessa, 2004; Bonixe, 2013; Meditsch, 1995; Oliveira, 2013). Apesar disto, importa destacar a contribuição do meio radiofónico para a história dos média, tendo sido o mesmo a dar os primeiros passos na comunicação de massas (Bonixe, 2013), como também, no que concerne à inclusão social, minimizando questões relacionadas com a desigualdade social, discriminação e preconceito (Berté et al., 2008). Isto é, a rádio para além de fornecer conteúdos informativos e de entretenimento, não era seletiva, no sentido em que não “escolhia” os seus ouvintes, sendo que tanto poderia abranger indivíduos com estatuto socioeconómico elevado, bem como pessoas que apresentassem dificuldades económicas, podendo ainda contemplar indivíduos analfabetos, doentes entre outros sujeitos que apresentassem outras e/ou diferentes condições específicas, que restringissem significativamente o exercício da cidadania e da participação na esfera pública (Berté et al., 2008).

Para a maioria da população portuguesa, o aparelho recetor de rádio passou a ocupar um lugar de destaque na sala de estar das famílias, sendo que estas aguardavam ouvir a simpaticante voz dos locutores, para ficarem a par das notícias, ouvirem música, radionovelas, comédias, concursos, entre outros programas presentes no seu dia a dia (Ribeiro, 2010).

A partir da segunda metade dos anos 20, começaram a surgir as primeiras correntes de pensamento com interesse em compreender sobre a importância da rádio enquanto instrumento de configuração social (Portela, 2011). O dramaturgo alemão Berthold Brecht, foi o primeiro a refletir sobre este novo meio de comunicação, tendo escrito alguns artigos entre meados de 1927 e 1932 (Frederico, 2007), que posteriormente foram consolidados na sua “Teoria da Rádio” (Portela, 2011). A sua intenção era contrariar a sua mera função de distribuidor de informação e propaganda (Portela, 2011), numa altura em que esse uso era visto de forma intensiva, e pensar na rádio como uma verdadeira ferramenta de comunicação (Frederico, 2007). A sua teoria propunha tornar este meio em algo democrático, para todos pudessem ter acesso e interagir (Frederico, 2007; Portela, 2011). O teórico alemão Rudolf Arnheim, que era contemporâneo de Berthold Brecht, também contribuiu para os estudos da rádio com uma outra visão sobre o seu surgimento, porém, sem se focar na questão de transmissão de conteúdo ideológico como fora anteriormente descrito (Canellas, 2009). A sua área de trabalho estava relacionada com a expressão e estética através da imagem, no entanto, foi uma das

grandes referências teóricas para os estudos da rádio, pela forma como destacou o seu potencial artístico ao combinar dois fatores essenciais de base: o da invisibilidade e o da linguagem sonora (Bonix, 2013; Canellas, 2009; Meditsch, 2005). No capítulo “o elogio da cegueira” do seu livro “*Radio: an art of sound*” de 1936, o autor aponta para o uso errado do meio como transmissor de diferentes tipos de programas (e.g., literatura, teatro, jornalismo, entre outros), na medida em que não estavam a ser aproveitados todos os recursos sonoros de que o mesmo dispõe (Meditsch, 2005). Isto é, cabe ao emissor encontrar mecanismos de expressão para direcionar a atenção do seu público ao verdadeiro sentido daquilo que se quer representar (Meditsch, 2005). De acordo com Armand Balsebre (2012), a eficácia da comunicação entre um emissor e recetor, prende-se na criação comum e consensual de estratégias de produção de significado, de codificação e deciframento, que devem estar ajustadas tanto à forma como ao conteúdo (i.e., componente semântica e estética) (Balsebre, 2012). A componente semântica, refere-se ao sentido em que os signos se manifestam através da linguagem, sendo este o primeiro nível de significação de um processo de comunicação (Balsebre, 2012). A estética por sua vez, está relacionada com o aspeto da linguagem (Balsebre, 2012). A forma como a mensagem é composta, acaba por fomentar uma relação afetiva com o ouvinte no seu processo de perceção sonora (Balsebre, 2012). Sendo a informação estética de uma mensagem, portadora de um segundo nível de significação, conotativo, afetivo, carregado de valores emocionais ou sensoriais (Balsebre, 2012).

Atendendo ainda aos estudos clássicos da rádio, importa salientar o estudo “The election is over”<sup>2</sup> realizado em 1940 pelo sociólogo americano Paul Lazarsfeld e a sua equipa, sobre a influência das campanhas eleitorais realizadas nos Estados Unidos da América, na tomada de decisão dos ouvintes (Spà, 1986). Segundo Lazarsfeld, a rádio em comparação com os jornais, era um meio em que os candidatos tinham uma maior possibilidade de poder argumentar durante mais tempo e com discussões consideradas “mais reais” (Spà, 1986). Além disso, era um meio que estabelecia uma relação de proximidade com os ouvintes, ao utilizar uma narrativa fluída na forma como as notícias eram difundidas, ao contrário dos jornais locais que, abreviavam as informações dos discursos e, nesse sentido, davam pouco espaço à argumentação quer seja direta ou indireta (Spà, 1986). Através dos resultados obtidos no referido estudo, chegou-se ainda à conclusão de que os indivíduos não reagiam todos da mesma forma, às mensagens transmitidas pela comunicação social. Refutando assim, a “teoria hipodérmica” anteriormente desenvolvida pelo teórico e sociólogo Harold Lasswell, que caracterizava um processo de comunicação como algo assimétrico, com um emissor ativo que produz um estímulo intencional a uma massa passiva, que responde de forma atomizada e isolada a qualquer

---

2 Publicado originalmente no jornal académico *Public Opinion Quarterly*, n.º 53, em 1953.

fator social (Serra, 2007). Este estudo empírico, veio, portanto, retirar esse intuito de manipulação aos meios comunicação de massas, introduzindo apenas o seu caráter de influência sobre as pessoas.

Destaca-se, também, outro estudo pertinente de Paul Lazarsfeld intitulado de “An introduction to the Study of Radio and Its Role in the Communication of Ideas” de 1940 (Wolf, 1987), no qual foi feita uma análise sobre o papel da rádio em consonância com os diferentes tipos de público existentes, com o propósito de associar as características específicas dos ouvintes com o seu gênero de programas preferido, analisando também o motivo da sua preferência (Wolf, 1987). Foram destacados três processos diferentes, que segundo consta, devem ser utilizados de forma conjunta: a análise de conteúdo do programa; as características dos ouvintes (i.e., se um determinado programa é ouvido sistematicamente por um determinado grupo social, torna-se possível depreender a razão atrativa pelo mesmo); e também o significado pessoal desse mesmo programa para o público (Wolf, 1987). Em síntese, esta investigação teve como propósito analisar diversos fatores que poderiam explicar as preferências de um determinado meio ou gênero em particular, através da estratificação dos grupos sociais que demonstrem certos hábitos de consumo (Wolf, 1987).

A par do apresentado, é de considerar ainda o aspeto vocal, uma vez que este permite ao ouvinte fidelizar-se numa determinada estação emissora em detrimento de outras (Bessa, 2004). A voz caracteriza-se como um dos elementos essenciais e exclusivos da prática radiofónica (Bessa, 2004), tendo uma grande influência na dinâmica interativa entre o locutor e o ouvinte (Alves et al., 2011). Segundo Mariana Bessa (2004) a voz reúne três traços específicos: o tom, o timbre e o ritmo (Bessa, 2004). O tom define-se pela altura ou elevação da voz, que resulta da frequência das vibrações das cordas vocais (Ánton, 2001). Se esses músculos vibrarem um grande número de vezes por segundo, tal irá resultar numa maior tensão, a altura da voz aumenta e, em consequência, a voz eleva-se. No inverso também se aplica, pois quanto mais baixa for a frequência, menos vibrações por segundo serão emitidas, a tensão das cordas vocais desce, a voz diminui o seu tom, e consequentemente fica mais grave (Ánton, 2001). O timbre, por sua vez, é o que permite distinguir um instrumento musical de uma voz humana (Bessa, 2004). No que toca ao ritmo, quanto maior diversidade tiver melhor irá captar a atenção da sua audiência (Reis, 2009). A voz também se caracteriza como uma ferramenta de identificação social, em que as propriedades acústicas vocais anteriormente descritas, podem ser determinantes para o ouvinte quanto à escolha de uma estação emissora (Bessa, 2004).

De acordo com Tiainen (2013), algumas abordagens nos estudos dos média têm vindo a encarar a voz como um meio em si, que ultrapassa o sujeito ou o corpo, quer seja orgânico ou tecnológico, atuando como fonte numa perspetiva materialista-social (Neumark, 2010). As características da voz, as facetas e os aspetos sensoriais (e.g., emitir sussurros ou gritos; impressões sensoriais através da entoação; timbre; técnicas de gravação) e as próprias experiências espaciais provocadas por vocalizações específicas, contribuem para a sua função enquanto veículo de linguagem

e mediador de significados simbólicos (Gorbman, 1999). Ou seja, a voz tem a capacidade de criar experiências mediatizadas, em registos sensoriais e significantes (Gorbman, 1999; Tiainen, 2013).

Neste sentido, e tal como reconhecia Marshall McLuhan em 1964, a voz traduz-se no meio que, consequentemente, se torna numa extensão do homem (Del Bianco, 2005), sendo a oralidade (i.e., palavra dita e escutada), considerada um elemento através do qual se transmite informação, bem como “(...) um veículo emocional de *criação de laços* entre quem a produz e quem a escuta (...)” (Portela, 2011, p.30).

### **A Rádio enquanto Projeto Económico-Jornalístico: O caso de Portugal**

Em Portugal, a origem da história da rádio surge com os radioamadores (Portela, 2011; Santos, 2017) entre 1923 e 1924, após o final da Primeira Guerra Mundial, em que sob influência de experiências americanas de radiodifusão, começaram a ser testados e transmitidos alguns programas musicais para quem estivesse geograficamente distante das salas de atuação, sem qualquer pretensão comercial ou estatal (Bessa, 2004; Santos, 2015).

Nessa altura, a rádio começava a ganhar espaço enquanto meio de comunicação social de massas, tendo as suas características (e.g., imediatismo; instantaneidade; simultaneidade; rapidez) (Prado, 1985) e o seu uso social potenciado um alcance generalizado da população que, ao contrário do cinema e da imprensa, conseguia chegar a lugares mais isolados para distrair, educar e informar pessoas que se encontravam mais distantes dos grandes centros urbanos (Bessa, 2004; Briggs & Burke, 2006; Berté et al., 2008).

As primeiras emissões radiofónicas regulares em Lisboa, surgem a 25 de outubro de 1925, pela estação amadora CT1AA- Rádio Portugal, pertencente a Abílio Nunes dos Santos (Correia, 2004; Santos, 2015). O grande impulso da rádio particular acontece anos mais tarde, em 1931, com a entrada da estação emissora CT1 GL- Rádio Parede, do Rádio Clube Português (RCP), que era detida por Jorge Botelho Moniz, (Correia, 2004; Ribeiro, 2007). Ao longo desta década surgem ainda duas grandes emissoras: a Emissora Nacional (EN) em 1935, com a presidência de Henrique Galvão (Rádio e Televisão de Portugal, s.d.), e a Rádio Renascença (RR) em 1937, a emissora católica fundada pelo Monsenhor Manuel Lopes da Cruz (Rádio Renascença, 2017). Desta forma, estavam instituídas as principais emissoras de radiodifusão em Portugal.

Os chamados “anos dourados da rádio” remetem para os anos de 1930 e 1950, em que esta ganhou um exponencial reconhecimento face a outros meios de comunicação social, principalmente no que se refere ao entretenimento, com programas de recriação dramática e de espetáculos produzidos dentro dos próprios estúdios de cada estação (Bessa, 2004; Cordeiro, 2004). Ainda que esta tenha sido uma época efémera para a rádio, continuou a reinventar-se e a ganhar um forte

crescimento na área da informação ao apostar em blocos de informação atualizados com notícias em primeira mão (Bessa, 2004).

Na época, a rádio tinha uma grande capacidade de influência e eficácia que fora nitidamente comprovado com o que sucedeu após a transmissão do episódio ficcional de *A Guerra dos Mundos*, escrito pelo britânico Herbert George Wells (Faria, 2009). A adaptação da obra para um registo de programa de rádio, em que a sua história retratava a invasão de marcianos no planeta Terra, foi de tal modo credível para os seus ouvintes que provocou medo e pânico geral em todo o território dos Estados Unidos da América (Faria, 2009), tendo sido também replicado em Portugal e, desta forma, ganho proporções semelhantes, que resultaram na detenção do apresentador Matos Maia da Rádio Renascença, pela PIDE (i.e., Polícia Internacional e de Defesa do Estado) (Maia, s.d.).

Na década de 60, a rádio começava a experienciar um novo ritmo de atividade (Cordeiro, 2004). O horário noturno que era então visto como “morto” passou a ter um especial destaque, com transmissões que acompanhavam todas as novidades do panorama nacional, num registo emancipado do qual se começou a observar e a reagir de forma crítica (Cordeiro, 2004). Devido à particularidade de ser transmitido em direto, muitas das vezes era possível escapar à censura prévia exercida pelo Estado Novo (Cordeiro, 2004).

Ao longo dos anos de Salazarismo, havia um controlo sistemático de todas as frequências (Cordeiro, 2004), tal como das informações transmitidas, para garantir que não existia qualquer tipo de incentivo que levasse a uma mobilização social para colocar termo ao regime vigente. No entanto, este mesmo meio que era controlado pelo Estado, de modo a cumprir todos os seus requisitos de programação e difusão de informação, foi o mesmo que permitiu a revolta contra o antigo regime autoritário que havia perdurado ao longo de 40 anos (Portela, 2011). A rádio deu o primeiro sinal da operação militar através da Emissora Nacional, com a transmissão da canção “E depois do Adeus” do músico Paulo Carvalho (Portela, 2011). O segundo sinal emitido acontece na madrugada de 25 de abril de 1974, também conhecida por *Revolução dos Cravos*, com a canção “Grândola Vila Morena”, de José Zeca Afonso, emitida pela Rádio Renascença (Portela, 2011).

Segundo a investigadora Cláudia Henriques (2019) esta transição foi um marco importante para que os profissionais da rádio pudessem atingir “(...) o estatuto pleno de jornalistas, com formação específica e acesso à estrutura sindical dos jornalistas.” (p.19). O meio ganhou um novo dinamismo e, que apesar de perder algumas das suas características, abriu espaço para novas formas de comunicar e para futuros profissionais da rádio (Cordeiro, 2004).

Em meados dos anos 80 começaram a emergir as primeiras estações livres e comunitárias (i.e., piratas), com emissões a partir de qualquer lugar do país, com o uso mínimo de equipamento para produzir e emitir programas que fossem ao encontro de diversos nichos (i.e., étnicos, religiosos, populações pequenas e distantes, determinados grupos de interesse, minorias e comunidades com

dificuldade de inserção na sociedade), ao contrário das emissões legais (Fidalgo, 2018; Reis, 2014). O crescente interesse pela rádio levou à saturação da atividade, sendo necessário a aplicação de uma Lei para a regulação da mesma (Fidalgo, 2018). Em 1988, foi assim aprovada a Lei da Rádio (i.e., a Lei n.º 87/1988, de 30 de julho)<sup>3</sup>, que veio terminar com o uso de frequências ilegais sendo preciso a autorização do Estado para o efeito (Fidalgo, 2018). As que foram legalizadas, passaram a chamar-se de rádios locais (Reis, 2014), porém, esta liberalização do setor também acarretou algumas consequências que obrigaram muitas a encerrar, sendo que outras acabaram por ser incorporadas em grandes grupos de média, perdendo um pouco da essência de proximidade com a comunidade à qual estavam habituadas (Bonixe, 2014). Para a garantia de que cada estação emissora sobrevivesse, foram adotados programas de cariz generalista que variavam entre a transmissão de música ou de notícias em diferentes sequências horárias, com dependência dos indicadores das audiências para assegurar a publicidade (Cordeiro, 2004), algo que se tem mantido na atualidade.

De acordo com Paula Cordeiro (2004), esta alteração do modelo de negócio da rádio trouxe consigo diversas consequências ao nível do produto radiofónico, das quais destaca três elementos que constituem o cenário comunicacional da rádio. O primeiro, resulta de um agregado de operadores reduzido com uma programação pouco profissional, produção de conteúdos fraca e falta de cuidado estético (Cordeiro, 2004). O segundo, está ligado aos operadores privados que se preocupam mais com as questões ligadas ao aumento de *shares*<sup>4</sup> do que com a própria identidade da emissora (Cordeiro, 2004). E por último, os operadores públicos que mesmo tendo recursos consideráveis em comparação aos parceiros comerciais, não conseguem tirar proveito ao apostar numa programação mais rica e variada (Cordeiro, 2004).

Não obstante a esta crise no setor da rádio, a transição dos anos 90 para o novo milénio trouxe consigo novos desafios para a rádio (Cordeiro, 2004) que podem ser vistos como benéficos para a sua revitalização e subsistência económica. Neste caso fala-se da Internet, que começou por se infiltrar e reconfigurar as suas "(...) estratégias de comunicação, criando novos modelos e forçando todos os meios de comunicação a servirem-se dela enquanto suporte para se fortalecerem, naquele que se apresenta como o século da comunicação interactiva." (Cordeiro, 2004, p.5).

---

<sup>3</sup> <https://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=389128>, consultado a 18 de março de 2021.

<sup>4</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa: **1**. Índice ou quota de audiências.

### 1.1.O Desenvolvimento Tecnológico e a sua Influência na Transformação dos Modelos de Oferta Jornalística Audiofónica

Com o surgimento das tecnologias digitais, em particular da Internet, a rádio tradicional informativa transitou de forma progressiva para um novo contexto mediático (Bonixe, 2011), que veio alterar de forma significativa os seus modelos de produção, distribuição, receção e acesso aos conteúdos radiofónicos (Del Bianco, 2006; Martínez-Costa, 2004).

A presença da rádio na Internet permitiu estabelecer uma relação entre algumas das suas “características genéticas” (e.g., som, interatividade e portabilidade), e as que lhe foram proporcionadas pela rede (e.g., multimédia e multiplataforma) (Bonixe, 2008; Bonixe, 2011), tendo sido considerado o meio que melhor soube aproveitá-las no campo dos média em Portugal, segundo o estudo “*O Impacto da Internet nos Mass Media Portugueses*”, realizado por investigadores da OberCom (Amaral et al., 2006).

Esta “nova rádio” como alguns autores assim a classificam (Bonixe 2010; Martínez Costa et al., 2012), tornou-se num complemento da rádio tradicional hertziana sem que a mesma deixasse de existir. Deste modo, a rádio informativa deixou de estar apenas presente no centro das salas de estar, como passou também a estar disponível nos *smartphones*, através do acesso a *websites* na Internet, nas redes sociais, em formato *podcast*, entre outros, com a agregação de novos conteúdos e novas formas de expressividade que levaram a uma maior segmentação do público e do seu consumo (Kaseker & Ribaski, 2015) Na mesma linha, e segundo Luís Bonixe (2010) “As notícias colocadas nos sites das rádios estão agora apresentadas de um modo fragmentado que o usuário vai consultando em função dos seus interesses.” (p.333).

Para as pessoas com deficiência visual – que são a população em estudo na presente investigação – no que requer à acessibilidade jornalística, esta mudança veio promover o seu acesso a novos modelos informativos à semelhança da rádio tradicional que por si só, já era considerada um meio de comunicação bastante vantajoso em virtude das suas características (Bonixe, 2017; Didoni, 2011) mas que, no entanto, carecia de algum dinamismo, contendo restrições de tempo para ser possível ouvir e compreender uma dada notícia em profundidade, como também ao nível geográfico em que o seu alcance fica mais limitado aquela região ao contrário da internet, que permite um maior alcance e conhecimento amplo do mundo (Didoni, 2011). Além disso, as novas tecnologias vieram trazer alguma autonomia e independência para os seus ouvintes/utilizadores, em que passaram a ter um maior poder de escolha entre transmissões de rádio em direto através da rádio online, ou em aceder posteriormente através de arquivos nas plataformas digitais (Bonixe, 2010).

A rádio, enquanto um dos meios de comunicação social mais antigos, acompanhou o fenómeno da Internet de perto com algum receio de vir a ser substituído pelo conjunto de novas

possibilidades que a Internet oferecia (e.g., maior grau de interatividade; imagem; ouvintes mais ativos e menos passivos; discurso fragmentado) (Bonixe, 2011), no entanto, decidiu encarar esta mudança como algo importante para a sua revitalização e subsistência económica (Del Bianco, 2006). Foi de encontro a este aspeto, que o jornalista e especialista em novas tecnologias Roger Fidler (1997), desenvolveu o termo de *mediamorfose*, a partir do qual explica como a emergência dos novos média, que atualmente se encontram enraizados no nosso quotidiano, não surgem de forma independente dos meios tradicionais, mas sim a partir deles (Fidler, 1997). E, como tal, isso não implicará que deixem de existir, apenas que precisam de acompanhar a evolução e adaptar-se (Fidler, 1997).

Atualmente, a rádio apresenta-se em três modelos de transmissão. Segundo Nair Martins (2008), existem emissoras que transmitem por ondas hertzianas (i.e., analógicas ou digitais); emissoras hertzianas na Internet (i.e., com transmissão digital); e também as emissoras exclusivamente digitais com presença na Internet, denominadas por *webrádios* (Martins, 2008, p.57). O fenómeno das *webrádios* começou a surgir logo em meados dos anos 2000, e caracteriza-se pela “(...) emissão radiofónica na Internet com tecnologia streaming (...)” (Silva & Teixeira, 2010, p.256) que pode ser transmitida em diferentes formatos de áudio (e.g., *MP3*; *MP4*; *OGG Vorbis*; *Real Audio*; *Windows Media Audio*; *WebPlayer*; entre outros) (Silva & Teixeira, 2010).

Segundo o estudo *Bareme Rádio*, divulgado pela Marktest sobre os resultados do mês de abril de 2021, mais de 3 milhões de pessoas residentes em Portugal Continental referem ouvir rádio pela Internet, sendo que os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos são os que possuem uma maior afinidade com este hábito, que se revela comum a 64.2% deles (Marktest, 2021). Estes valores vão diminuindo consoante a progressão da idade, atingindo o valor mínimo de 6.3% nos indivíduos acima dos 64 anos de idade (Marktest, 2021). O estudo também revela que esta é uma tendência em crescimento, e que tem tido um aumento significativo e contínuo desde setembro de 2019 (Marktest, 2021). Estes dados permitem também compreender que existe “(...) ainda um conjunto de fenómenos que se traduzem em novos usos (...) como é o caso do *podcast* (ou *audioblogs*) e do RSS (*Real Simple Syndication*), que começam a ganhar importância e visibilidade, bem como a captar a atenção da indústria.” (Portela, 2011, p.17).

### **1.3 O Podcasting**

O conceito de *podcasting* advém da contração entre duas palavras inglesas, *iPod* (i.e., dispositivo portátil criado pela marca Apple que reproduz em mp3) e *Broadcasting* (i.e., transmissão via rádio) (Junior & Coutinho, 2009; Paiva, 2018), que pode ser definido como uma “(...) modalidade de radiofonia sob demanda, assíncrona, que vai além da oferta de conteúdos em websites de emissoras.” (Kischinhevsky, 2018, p.77). Esta prática permite que cada indivíduo possa decidir entre as

suas preferências, o conteúdo que deseja ouvir em determinado momento e/ou lugar de forma prática, gratuita e acessível (Hennig, 2017; Herschmann & Kischinhevsky, 2008; Mermelstein & Tal, 2005). Sendo o *podcast*, um “episódio personalizado” (Junior & Coutinho, 2009, p.2119) que se encontra alojado numa determinada página, *website*, ou local como em aplicativos agregadores de áudio (e.g., *Spotify*; *Google Podcast*; *Apple Podcast*; *iTunes*; *SoundCloud*; entre outros), que podem ser instalados nos *smartphones*, computadores, tablets, e ser ouvidos diretamente na Internet ou em modo *offline* através do seu *download* (Herschmann & Kischinhevsky, 2008; Sullivan, 2019). Nesse sentido, os *podcasters* são os produtores que criam e distribuem esses mesmos conteúdos em formato de áudio digital entre os quais, notícias, entrevistas, debates, músicas, cariz humorístico, educativo, entre outros, podendo ou não ter carteira profissional de jornalista para o fazer.

Foi em 2004 que o termo *podcasting* se popularizou ao ser creditado, numa crónica escrita pelo locutor de rádio e jornalista Ben Hammersley para o jornal britânico *The Guardian*<sup>5</sup>, com o título de “Audible revolution” (Sullivan, 2019). No entanto, no início dos anos 2000 Adam Curry um ex-VJ do canal de música MTV e o programador Dave Winer, já discutiam a possibilidade de criarem um *software* que permitisse fazer o *download* de transmissões de rádio via Internet de forma automática e direta, para os aparelhos de reprodução de áudio, que eram neste caso os Ipods (Silva & Teixeira, 2010). A concretização dessa ideia fez com que fosse possível haver uma forma eficaz de publicar arquivos digitais na Internet (e.g., áudio, vídeo, imagem, entre outros) com base em atualizações no computador (ie., Feed RSS) (Silva & Teixeira, 2010, p.257). Desta forma, Adam Curry criou o primeiro número de *podcast* chamado “Adam Curry’s PodShow”, tendo sido responsável por esta criação ao colocá-la em prática. Entretanto em 2005, o dicionário americano *New Oxford American* elegera o conceito de *podcast*, como a palavra do ano (Foschini & Taddei, 2006, p.12).

De acordo com Macello Medeiros (2006) os *podcasts* podem ser classificados através de quatro modelos distintos: o modelo “metáfora”; o modelo “editado”; o modelo “registo” e o modelo “educacional” que passam a ser descritos. O modelo “Metáfora” encontra-se definido desta forma por conter “(...) características semelhantes a um programa de rádio de uma emissora convencional (*dial*), com os elementos característicos de um programa como: locutor/apresentador, blocos musicais, vinhetas, notícias, entrevistas (...)” (Medeiros, 2006, p.5). Segue-se o modelo “Editado”, que surge como uma novidade ao dar ao ouvinte a opção de poder acompanhar noutra altura, um programa que perdeu em direto (Medeiros, 2006). Com esta possibilidade “(...) as emissoras de rádio editam os programas que foram veiculados na programação em tempo real, disponibilizando-o no seu *site* para

---

5 <https://www.theguardian.com/media/2004/feb/12/broadcasting.digitalmedia>, consultado a 7 de abril de 2021.

ser ouvidos *à posteriori* pelo ouvinte (...)” (p.5). Outro modelo é o de “Registo”, também designado por “audioblog” que constituem diversos temas específicos, que podem ser sobre notícias da atualidade, guias de turismo, sermões de padres, tecnologia, entre outros nichos de temáticas (Medeiros, 2006). E por fim, o modelo “Educativo” que surge para fazer face à recente necessidade de ensino à distância (Medeiros, 2006). Este género de podcast veio permitir aos alunos, ter aulas em formato de “edições continuadas”, através da disponibilização e reposição das mesmas (Medeiros, 2006). Ainda no que concerne ao modelo educativo anteriormente descrito, têm sido realizados alguns estudos teóricos e empíricos que exploram e comprovam as vantagens de usar o *podcast* como uma ferramenta educacional, tanto para estudantes normativos como para estudantes com deficiência visual (e.g., Bezerra, 2018; Buzzi et al., 2011; Freire, 2011; Junior & Coutinho, 2009; Mafort et al., 2019). Porém, para o efeito de evidenciar as suas potencialidades e desafios enquanto ferramenta de consumo de notícias, para pessoas com deficiência visual, a literatura existente apresenta ainda alguma escassez no estudo desta temática.

Segundo um estudo realizado por Maria Claudia Buzzi e colaboradores (2011) acerca do impacto educacional de *podcasts* estruturados (i.e., arquivos de áudio que exploram a estrutura de um documento) em utilizadores cegos, mediante um teste de utilizador e um questionário de satisfação a um total de 18 participantes, dos quais 14 eram pessoas cegas e 4 tinham deficiências visuais, com idades compreendidas entre os 18 e os 74 anos, os resultados demonstraram que todos os envolvidos tinham preferência por este modelo, uma vez que permitia de uma forma simples, rápida e intuitiva procurar informações e economizar o seu tempo durante a pesquisa. Ainda através da análise dos resultados obtidos, todos os participantes revelaram preferência por ouvir um conjunto de *podcasts* em áudio mais curtos, do que apenas um arquivo de áudio mais longo. Porém, demonstram ainda uma maior pretensão por *podcasts* estruturados, em relação aos de menor duração (e.g., 5 minutos), por diversas razões (Buzzi et al., 2011). Entre elas, o facto de demorarem menos tempo a recuperar informações específicas; os títulos das secções permitirem simplificar a procura de informações; a menor duração média por podcast; a pesquisa mais prática e imediata; o foco e perceção de outros detalhes; o facto de simplificar as memórias e o acesso à informação; como também permitir manter de forma constante toda a fluidez do áudio (Buzzi et al., 2011). Para este estudo em particular, todos os participantes faziam uso de uma tecnologia assistida no seu ambiente virtual do *Windows*, as pessoas cegas utilizavam o *JAWS* (i.e., *Job Access With Speech*) que permitia terem um leitor de ecrã com voz, e as pessoas com deficiências visuais utilizavam tanto um leitor de tela para descansar a vista, como uma lupa que servia para ampliar os conteúdos que apareciam no ecrã (Buzzi et al., 2011). Os envolvidos também utilizavam leitores de *MP3* para ouvirem *e-books*, música, arquivos de áudio educacionais como para fazer o download de *podcasts* em formato áudio via Internet (Buzzi et al., 2011).

De acordo com a autora Nicole Hennig (2017), quando se discute sobre a acessibilidade dos *podcasts* de áudio para utilizadores cegos ou com baixa visão, é de que os mesmos reúnem as condições necessárias e adequadas a esse público, e que devem de ser aproveitadas. Ainda que existam *podcasts* em vídeo, os mesmos não devem estar limitados ao transcrever aquilo que foi dito, pois devem também incluir informações complementares que apenas podem ser vistas no vídeo (Hennig, 2017). Atualmente, existem diversas fontes de informação que permitem aos *podcasters* tornar os seus programas mais acessíveis atendendo às necessidades de utilizadores com deficiência visual, como é o caso da Indiana University, *Accessibility Information for Podcasters*<sup>6</sup>. Além disso, os *websites* em que os *podcasts* são disponibilizados devem encontrar-se em cumprimento com os padrões de acessibilidade, para que sejam facilmente acedidos e lidos através do leitor de ecrã. O *website* da Universidade de Washington, *Developing Accessible Websites*<sup>7</sup>, também fornece várias matrizes nesse sentido, na medida em que ajudam a criar e verificar sites de modo a respeitar as características dos utilizadores que não conseguem ver.

Para o *World Wide Web Consortium* (i.e., W3C), uma organização internacional fundada em 1994 pelo físico e cientista britânico Tim Berners-Lee, igualmente criador da *World Wide Web* (i.e., WWW) (*World Wide Web Consortium [W3C], s.d.-a*) existem quatro princípios base para tornar um conteúdo acessível na *web*, que atenda às necessidades dos utilizadores com todos os tipos, graus e combinações de deficiência (*World Wide Web Consortium [W3C], 2008*). Com base na *Web Content Accessibility Guidelines* (i.e., WCAG), um conteúdo na *web* deve ser perceptível, operável, compreensível e robusto (*W3C, 2008*). Para ser perceptível, as informações e os respetivos componentes da interface devem apresentar-se aos utilizadores de forma a que os mesmos as compreendam, e modo ajustado a todos os seus sentidos. Tem de estar também operável, tanto ao nível dos componentes da interface como para a sua navegação, o que implica que não exijam determinadas interações que o utilizador não possa concretizar. Ao nível da compressão, as informações e a operação da interface do utilizador devem assegurar que o mesmo consiga assimilar os conteúdos aos quais acedeu. E por fim, o conteúdo deve ser robusto o suficiente para que seja possível interpretar de forma fiável através de uma ampla variedade de *softwares*, incluindo as tecnologias assistidas (i.e., TA) (*World Wide Web Consortium [W3C], s.d.-b*). Num cenário em que algum destes requisitos não seja cumprido, os utilizadores com deficiência não poderão ter o devido acesso aos conteúdos que forem disponibilizados na *web* (*W3C, s.d.-b*).

---

6 A página apresenta um conjunto de diretrizes específicas que permitem ajudar a criar *podcasts* acessíveis para pessoas com deficiência: <https://kb.iu.edu/d/awuz>.

7 Também disponibilizam seminários online sobre a temática: <https://www.washington.edu/accessibility/web/>.



## Capítulo II. A Deficiência Visual

### 2.1. A Deficiência Visual: Números e Conceitos

De acordo com o relatório mais recente da Organização Mundial de Saúde (i.e., OMS), sobre os problemas de visão a nível global, existem cerca de 2,2 mil milhões de pessoas com deficiência visual no mundo (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2019). Em Portugal, com base nos censos realizados em 2001 referentes à população residente com deficiência, foram consideradas 636.059 pessoas com deficiência (e.g., auditiva; visual; motora; mental; paralisia cerebral; entre outras), das quais predominava a deficiência visual (i.e., 163.569 pessoas) (PORDATA, 2001). Em 2011, as operações censitárias deixaram de utilizar o diagnóstico de deficiências, e passaram a adotar uma nova abordagem: a de incapacidade. Esta, passa “(...) por uma auto-avaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais.” (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2012, p.27). Desta forma, os censos de 2011 constataram que cerca de 17.8% da população com 5 ou mais anos de idade apresenta ter dificuldades na realização de uma das 6 atividades diárias (i.e., ver, ouvir, andar, memória/concentração, tomar banho/vestir, compreender/fazer-se entender), sendo que 23% dessas pessoas afirmam ter dificuldades em ver (INE, 2012, p.27). Porém, quando se direciona para a população com idade igual ou superior a 65 anos, esta percentagem aumenta e atinge os 50% (INE, 2012, p.27) Na mesma linha, e segundo um estudo recente sobre a *Saúde da Visão – Impacto Socioeconómico* (2018), conduzido por investigadores da Universidade Nova de Lisboa, estima-se que entre os adultos com mais de 50 anos, cerca de 42 mil têm cegueira e mais de 260 mil têm perda de visão com níveis moderados e graves (OFTALPRO, 2018).

Historicamente, desde as culturas clássicas (i.e., gregas e romanas) até às sociedades modernas ocidentais que as pessoas com deficiência têm sido alvo de discriminação, exclusão e de segregação da sociedade (Fontes, 2016). A raiz do problema reside, em parte, da conceptualização feita das pessoas com deficiência, que até à década de 80 eram classificadas como “aleijadas”, “defeituosas”, “incapacitadas” e “inválidas” (Fontes, 2016; Sasaki, 2011). Tais termos foram substituídos por “portadores de deficiência”, algo que ainda assim continuara a enfatizar a deficiência, em vez da pessoa em si (Sasaki, 2011). Só a partir da década de 90, é que passou a ser utilizado o termo adequado de “pessoas com deficiência”, que atualmente se mantém em vigor (Sasaki, 2011). Segundo o consultor de inclusão social Romeu Sasaki (2011), aplicar o conceito de deficiência de forma correta é muito mais do que uma questão semântica, quando se procura abordar um assunto de forma construtiva e inclusiva, e que principalmente, tem um passado tradicionalmente marcado por questões ligadas ao preconceito e desigualdade social. Na mesma perspetiva, e segundo o sociológico e ativista pelos direitos das pessoas com deficiência, Michael Oliver (1990) os seres

humanos atribuem significados aos objetos no mundo social, para que posteriormente, possam orientar os seus comportamentos em conformidade com o significado que lhes fora designado. Desta forma, dentro da área de estudos sobre deficiência, denominada internacionalmente por *Disability Studies*, tem-se trabalhado para reconfigurar o entendimento sobre a deficiência em diversas áreas (Fontes, 2016), de modo a apresentar perspectivas emancipatórias que promovam a inclusão e a participação plena na sociedade configuradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela resolução 217 A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948 (United Nations, 2017). Assim, torna-se importante enfatizar o artigo 1.º, desta declaração, segundo o qual “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (art.º 1.º, Universal Declaration of Human Rights, United Nations, 2017)<sup>8</sup>.

Existem diversas e contraditórias abordagens no que requer ao entendimento da pessoa com deficiência visual, sendo que o presente trabalho visa aprofundar as que estejam em consonância com o modelo biopsicosocial ou relacional, presente na resolução WHA54.21 da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (i.e., CIF) com a aprovação da Organização Mundial de Saúde (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [CIF], 2004, pp.21-22). Este modelo contempla três perspectivas diferentes e abrangentes relativas às pessoas que vivem com algum grau de limitação ou restrição funcional, podendo ser: biológicas, individuais e sociais (CIF, 2004), ao contrário do anterior e redutor modelo médico, que referia que os obstáculos atravessados pelas pessoas com deficiência se deviam exclusivamente às suas incapacidades (Fontes, 2011). Assim sendo, a existência de uma incapacidade tanto pode derivar de um determinado ambiente que cria barreiras; na falta de um facilitador; na capacidade reduzida do indivíduo; ou da correlação entre todos esses aspetos (CIF, 2004, p.216).

A deficiência visual caracteriza-se por uma limitação funcional do(s) olho(s) ou do sistema visual, podendo manifestar-se através da redução da acuidade visual, perda de campo visual, dificuldades de percepção ou distorção visual, entre outros aspetos (Cole et al., 2007). Existem três variáveis que podem justificar a sua causa, que tanto pode ser congênita (e.g., anomalia genética ou de desenvolvimento), hereditária ou por condição adquirida (e.g., traumatismo, infeção ou doença ocular, alterações relativas à idade) (Cole et al., 2007). Esta condição visual, pode interferir de forma significativa na capacidade do indivíduo para a realização de determinadas atividades quotidianas, de forma autónoma, nomeadamente no que respeita ao emprego, atividade física, lazer, cultura (Cole et

---

<sup>8</sup> Na versão original: “All human beings are born free and equal in dignity and rights. They are endowed with reason and conscience and should act towards one another in a spirit of brotherhood.” (art.º 1.º, Universal Declaration of Human Rights, United Nations, 2017).

al., 2007), e que pode ser agravado por um conjunto de situações complexas, criadas pelo ambiente social (CIF, 2004).

Dentro da categoria de deficiência visual, enquanto termo amplo, existem vários graus de visão que importam serem distinguidos e clarificados, sendo que, esta não significava necessariamente a perda total de visão (Conceição, 2020). Tal como consta num relatório desenvolvido para o 29º Congresso Internacional de Oftalmologia (Colenbrander, 2002), o conceito de “perda de visão”, inclui a perda total (i.e., cegueira) ou parcial (i.e., baixa visão ou ambliopia) que pode variar entre os níveis: leve, moderada, grave ou cegueira (OMS, 2019). Esta classificação assenta na escala optométrica decimal de Snellen, também denominada por “Tabela de Snellen” (Zapparoli et al., 2009), que permite avaliar, conforme os critérios estabelecidos, a “acuidade visual” (i.e., capacidade de reconhecer objetos numa determinada distância) e o “campo visual” (i.e., área de amplitude alcançada pela visão) (OMS, 2019).

Apesar da necessidade do enquadramento acima descrito, acerca das classificações e implicações da deficiência visual, importa sublinhar que a mesma não se traduz num atributo da pessoa, mas sim, numa construção social “(...) que deficientiza as pessoas com alguma incapacidade, real ou imputada, através das limitações impostas pelos ambientes físicos e sociais que as rodeiam” (Fontes, 2011, p.38). Pelas palavras do conceituado sociólogo Michael Oliver (1996), “a deficiência não tem nada a ver com o corpo, mas tudo a ver com a sociedade” (Oliver, 1996, p.35)<sup>9</sup>.

## **2.2. A Deficiência Visual como Condicionante do Consumo de Conteúdos Mediáticos**

As sociedades contemporâneas encontram-se organizadas conforme o conceito de “visocentrismo”, que se caracteriza pelo domínio e privilégio da visão em relação aos outros sentidos (Ribeiro, 2016), ao que “(...) iguala o “ver” à normalidade, conferindo-lhe um status superior aos demais modos de percepção do mundo (...)” (Silva, 2019, p.47). A aplicação prática deste conceito, demonstra como o mundo ocidental se centra numa espécie de *ableism* (i.e., discriminação contra pessoas com deficiência)<sup>10</sup>, na medida em que as necessidades e interesses das pessoas com capacidades reduzidas são desvalorizadas, em prol de um padrão normativo estabelecido na sociedade. Tal matriz hegemónica, transita, simultaneamente, para os ambientes digitais a partir dos quais nem sempre os conteúdos mediáticos disponibilizados se apresentam acessíveis para todos os utilizadores.

---

9 Na versão original: “disability has nothing to do with the body but everything to do with society” (Oliver, 1996, p.35).

10 Dicionário da Língua Portuguesa (Porto Editora): discriminação contra os deficientes. A palavra “deficientes” foi substituída por pessoas com deficiência.

Em consonância com o acima explicitado, e de acordo com um estudo realizado no nosso país sobre a presença dos média portugueses na Internet, avaliando a acessibilidade dos conteúdos da imprensa escrita, radiofónica e televisiva, segundo os padrões da WCAG 1.0 (i.e., *Web Content Accessibility Guidelines*) desenvolvidos pela *World Wide Web (W3C)*, e outras ferramentas tecnológicas e manuais, entre elas o *eXaminator2*, *JAWS v12* para o *Windows XP13*, o *browser Opera 11.525* e o *VoiceOver4 for MAC OS X*, o mesmo veio revelar que dos 11 websites que foram analisados, nenhum cumpria os requisitos mínimos de acessibilidade de conteúdos na web (Fernandes, 2011; Pinto & Teixeira 2012). Em conclusão, o autor enfatiza o facto de existirem ainda condicionantes significativas no acesso à informação e comunicação (Fernandes, 2011; Pinto & Teixeira 2012), das quais devem ser tidas em consideração, no sentido da implementação de melhorias para que as pessoas com deficiência visual possam aceder e usufruir desses conteúdos no digital. Para que tal seja exequível, existem duas características importantes que agregam qualidade a um conteúdo digital: a usabilidade e a acessibilidade (Torres & Mazzoni, 2004).

De acordo com a norma ISO/IEC 9241-11:2018 (“Ergonomics of human-system interaction”)<sup>11</sup>, a usabilidade define-se pela capacidade de um sistema, produto ou serviço poder ser usado por utilizadores específicos para que consigam atingir os seus objetivos com eficácia, eficiência e satisfação num determinado contexto<sup>12</sup>. Isto é, para que uma ferramenta se revele eficiente para um utilizador, ela deve permitir que o mesmo consiga facilmente executar todas as tarefas que deseja (Ferreira, 2008). A acessibilidade, enquanto subclasse da usabilidade, considera toda a diversidade de utilizadores e de formas de interação possíveis, para que possam aceder a um conteúdo com maior autonomia, independentemente das suas limitações e dos *softwares* que utilizam (e.g., leitores e ampliadores de ecrã, sintetizadores de voz, simuladores de teclado) para maximizar o seu aproveitamento (Ferreira, 2008; Torres & Mazzoni, 2004).

Ainda outro estudo realizado em contexto nacional, assente numa abordagem holística de monitorização dos direitos humanos das pessoas com deficiência, demonstra como no particular domínio da informação e da comunicação, existem vários relatos por parte de pessoas com deficiência visual sobre as barreiras que enfrentam devido à falta de acessibilidade dos conteúdos mediáticos disponíveis na Internet (Pinto, 2014). Em causa, os 22 entrevistados (i.e., 37% da amostra) destacam experiências de “Exclusão e Inacessibilidade” e “Desrespeito pela diferença”, na forma como entre a informação existente, pouca se encontra disponível em formatos acessíveis (Pinto, 2014). Perante o resultado deste estudo, reforça-se novamente um significativo e contínuo incumprimento dos princípios básicos de acessibilidade e usabilidade, e que como tal, este pode manifestar-se de forma

---

11 Disponível em <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:9241:-11:ed-2:v1:en>.

12 *Ibidem*.

negativa para os utilizadores com deficiência visual que pretendam aceder, e conseqüentemente, manifestar os seus interesses e preferências por determinados conteúdos mediáticos (Torres & Mazzoni, 2004). Tendo em consideração as lacunas anteriormente descritas, estas poderão apresentar condicionalismos no que concerne ao igual desenvolvimento de literacia mediática, sendo esta fundamental “(...) para o exercício de uma cidadania activa e plena, evitando ou diminuindo os riscos de exclusão da vida comunitária.” (Diretiva 2009/625/CE, al. 15), de 20 de agosto). Assim, torna-se importante enfatizar a Proposta de Resolução da Comissão Europeia 2009/625/CE de 20 de agosto, sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva, segundo a qual é destacada a importância da literacia mediática na atualidade, sendo esta definida na alínea 11) pela “(...) capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspectos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos” (Diretiva 2009/625/CE, al. 11), de 20 de agosto). Desta forma, é possível inferir que a falta de acessibilidade nos média, em particular dos média digitais como já fora anteriormente evidenciado, pode restringir a possibilidade de utilizadores com deficiência visual poderem desenvolver competências no que requer à pesquisa de informação, à análise crítica dos conteúdos, e da sua própria participação ativa e plena, podendo assim originar situações de infoexclusão.

### **2.2.1. A Deficiência Visual como Condicionante do Consumo de Jornalismo**

Segundo a Lei do Estatuto do Jornalista (i.e., Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro), “São considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio eletrónico de difusão.” (Al. 1), art.º 1, da Lei 1/99 de 13 de janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de novembro). Como também, e em consequência do exercício das suas funções, desempenham ainda um papel fundamental na transformação de informação em conhecimento público sobre as mais diversas temáticas da atualidade, ao dispor de todos aqueles que assim as desejem aceder e consumir. Quer seja através de um acesso gratuito, ou sob pagamento/subscrição de conteúdos jornalísticos online. Porém, e segundo alguns autores e investigadores na área do jornalismo no Brasil (e.g., Araújo, 2015; Bonito, 2012; Bonito et al., 2017; Cavalcante, 2018; Lima, 2017; Segatto, 2015) as pessoas com deficiência visual são um público que se encontra, significativamente, excluído dos processos de produção de conteúdos jornalísticos, desde os formatos tradicionais aos digitais, ainda que a *web* seja um espaço que apresente, cada vez mais,

soluções no âmbito da acessibilidade. A título de exemplo, a adoção prática do princípio de *design for all*<sup>13</sup> (i.e., desenho universal), que pode ser incorporado em ambientes, produtos e serviços para que sejam acessíveis, inclusive no domínio das tecnologias da informação e comunicação (i.e., TIC), e que permite beneficiar todas as pessoas com ou sem deficiência (Bonito, 2015; Iwarsson & Ståhl, 2003), sem que seja necessário a criação e/ou adaptação de formatos ou conteúdos jornalísticos específicos, em particular, para pessoas com deficiência visual.

Num estudo realizado sobre jornalismo e acessibilidade comunicacional (Silva, 2017), em que foi considerada a perspetiva de jornalistas em Portugal e no Brasil sobre esta temática, revelou-se que do total de 84 participantes, 75,9% nunca aprenderam no seu percurso académico sobre conteúdo acessível, e 22,9% afirmam que sim (Silva, 2017). O que permite compreender também, em parte, que apenas 13,1% desses jornalistas produzam conteúdo acessível, e 86,9% não (Silva, 2017). Sobre o incentivo das empresas para a criação de conteúdos acessíveis, 67,9% refere que não existe, 20,2% diz que talvez, e 11,9% afirma que sim (Silva, 2017). Embora seja um cenário preocupante, importa ainda salientar que 96,4% dos jornalistas responderam que consideram “(...) importante a criação de conteúdo acessível (...)”, e 79,8% afirma que “(...) a criação de conteúdo online acessível aumentaria o número de leitores (...)” (Silva, 2017, p.89). O que demonstra que para além das dificuldades apresentadas, entre outras descritas em profundidade neste estudo, existe interesse e consciência sobre a importância da criação de conteúdos jornalísticos acessíveis, e de que os mesmos podem contribuir para o alcance de novos consumidores.

## **2.2.2. O Papel da Voz na sua Relação com Audiências com Deficiência Visual**

A voz assume um papel fundamental na comunicação e interação humana, principalmente para os jornalistas que assim a utilizam como veículo de transmissão de notícias, quer seja através da rádio, ou de outros e novos formatos emergentes na Internet, como é o caso do *podcast*. No particular domínio das emissões de rádio, diversos autores referem que a voz assume um papel determinante na perceção e compreensão do que se quer transmitir, e que, carrega em si, todo um significado e dimensão afetiva, que serve de referência ao conteúdo radiofónico (Rodero, 2013). Adicionalmente a esse assunto, e num estudo realizado pela OberCom (i.e., Observatório da Comunicação) intitulado de “Os novos caminhos da rádio: Radiomorphosis” (2010), foram também feitas algumas referências

---

13 A título de exemplo sobre a aplicação deste conceito: a Fundação Design for All é uma organização internacional sem fins lucrativos fundada em 2001, cujos objetivos visam a investigação, o desenvolvimento de conhecimento, a promoção, a aplicação e a divulgação do conceito do *design for all* junto de empresas, organizações públicas, privadas e de ensino, designers, entre outros, para que seja possível alcançar uma sociedade mais igualitária e coesa. Disponível em <http://www.designforall.org/>.

importantes sobre o lado mais intimista da rádio tradicional, em que a voz se torna, para muitos ouvintes, na sua companhia (Cardoso et al., 2010, p.2).

Gradualmente, a rádio tradicional portuguesa foi-se reinventando. As vozes dos locutores/animadores e/ou radiojornalistas passaram também a poder ser ouvidas em direto nos *smartphones* através das *webrádios*, que atualmente já contam com cerca de 565 estações online<sup>14</sup>, como também através das aplicações em que se encontram presentes. Por outro lado, surgiram ainda novos formatos audiovisuais que permitem o armazenamento do som, como é o caso do formato *podcast*, que expandiu de forma bastante rápida nos últimos anos. De acordo com os resultados do *Digital News Report (2021)* realizado pelo Reuters Institute for Study of Journalism (i.e., RISJ), em parceria com a OberCom e investigadores do ISCTE-IUL- Instituto Universitário de Lisboa, em 2021, 41,5% dos portugueses que utilizam a Internet, referem ter consumido algum podcast no mês anterior ao do período de análise (Cardoso et al., 2021). O presente estudo permitiu concluir que, “O podcasting afigura-se, cada vez mais, como um fenómeno a acompanhar, uma tendência de mercado que poderá ditar de forma muito significativa a componente de oferta digital das marcas de comunicação social no nosso país.” (Cardoso et al., 2021, p.39).

Embora a literatura portuguesa apresente alguma escassez sobre o particular papel da voz na sua relação com audiências com deficiência visual, importa frisar que, e segundo o investigador Luís Bonixe (2017), a rádio tradicional tem sido um meio de comunicação social que pelas suas características, que têm como base a expressividade sonora, consegue chegar a diversas comunidades, inclusive, as pessoas com deficiência visual (Bonixe, 2017). Desta forma, e tendo em consideração o forte crescimento do consumo de podcasts em contexto nacional, torna-se revelante explorar que (des)vantagens o formato podcast pode ter para o consumo de notícias de pessoas com deficiência visual.

### **2.3. Problema de Investigação, Objetivos e Hipóteses**

Ao abrigo da Diretiva (UE) 2016/2102 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016, transposto no Decreto de Lei nº. 83/2018, de 19 de outubro, relativa à acessibilidade dos sítios *web* e das aplicações móveis de organismos do setor público, a alínea (23) refere que “O direito das pessoas com deficiência (...) a participar e a integrar-se na vida social e cultural da União está indissociavelmente ligado à oferta de serviços de comunicação social audiovisual acessíveis.” (Al. 23), da Diretiva (UE) 2016/2102 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016). A presente diretiva acrescenta ainda que, embora esta não tenha aplicação em sítios *web* e aplicações

---

<sup>14</sup> <https://www.rádios-online.pt/>, consultado a 14 de setembro de 2021.

móveis de empresas de radiodifusão (Al. 23), Diretiva (UE) 2016/2102 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2016), não implica que estas estejam “(...) isentas do cumprimento de requisitos de acessibilidade dos seus conteúdos digitais” (Decreto-Lei n.º 83/2018, Diário da República, 2018, p.5029). Como tal, e ao ser reconhecida a importância que a acessibilidade tem para a atenuação e/ou eliminação de barreiras no consumo de conteúdos jornalísticos digitais para pessoas com deficiência visual, ainda se verifica um insuficiente cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos, e que resultam em condições de exclusão e desigual acesso à informação. A título de exemplo, um estudo desenvolvido em contexto nacional relativo à presença dos média portugueses na Internet, constatou que dos 11 websites analisados, nenhum deles apresentava conteúdos acessíveis conforme as normas de acessibilidade recomendadas pela *WCAG 1.0* (Fernandes, 2011; Pinto & Teixeira, 2012). Ainda na mesma linha, e segundo os resultados de um estudo conduzido pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (i.e., ODDH), assente numa abordagem holística de Monitorização dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, no que requer à particular categoria sobre informação e comunicação, 22 entrevistados (i.e., 37% da amostra) demonstraram enfrentar barreiras no acesso a conteúdos médiáticos devido à falta de acessibilidade, salientando que ainda existe pouca informação disponível em formatos acessíveis (Pinto, 2014). Em contrapartida a esta problemática, nos últimos anos tem-se verificado um crescente aumento de estudos teóricos e empíricos relativos ao *podcast*, enquanto ferramenta educativa, com resultados que evidenciam as vantagens da sua utilização tanto para alunos normativos como para estudantes com deficiência visual (Bezerra, 2018; Buzzi et al., 2011; Freire, 2011; Junior & Coutinho, 2009; Mafort et al., 2019). Por sua vez, ainda nada se sabe sobre a sua utilização enquanto formato para o consumo de notícias.

Face à relevância dos resultados acima mencionados, o presente estudo visa responder à seguinte questão de partida: Quais as potencialidades e desafios que uma ferramenta como o *podcast*, pode ter no consumo de notícias de pessoas com deficiência visual. Nesse sentido, tem como objetivo geral contribuir para a discussão e aprofundamento do conhecimento científico acerca do formato *podcast*, avaliando a forma como os *podcasts* existentes, segundo a opinião de quem os consome, promovem a inclusão de audiências com deficiência visual. Pretende ainda, contribuir para discussão acerca do jornalismo em Portugal, e de como este pode tornar-se mais acessível e inclusivo. Relativamente às hipóteses em estudo, e de acordo com a revisão da literatura, foram consideradas as seguintes três hipóteses:

- (H1) o *podcast* é um formato acessível para saber as notícias da atualidade;
- (H2) a informação noticiosa é transmitida de forma clara e adequada aos seus interesses;
- (H3) é prático aceder a conteúdos em formato *podcast*, no dia-a-dia.

## Capítulo III. Método

### 3.1. Participantes

No presente estudo, participaram 25 pessoas com deficiência visual, sendo que 20 (80.0%) tinham cegueira e cinco (20.0%) tinham baixa visão. Dezasseis participantes eram do género masculino (64.0%), e nove eram do género feminino (36.0%), com idades compreendidas entre os 25 e acima dos 64 anos de idade. Os escalões etários dos participantes, com intervalos de idade de 10 anos, compreendem cinco gerações diferentes de consumidores de conteúdos em formato *podcast*: dos 25-34 anos de idade (Geração Y ou *Millennials*), participaram 3 pessoas (12.0%); dos 35-44 anos de idade (Transição da geração Y para a X), participaram 9 pessoas (36.0%); dos 45-54 anos de idade (Geração X), participaram 10 pessoas (40.0%); dos 55-64 anos de idade (Transição da geração X para a dos *Baby Boomers*), participou 1 pessoa (4.0%); e por fim, acima dos 64 anos de idade (Transição da geração *Baby Boomer* para a *Silent Generation*), participaram 2 pessoas (8.0%). O que significa que, no presente estudo, a faixa etária predominante é a dos 45-54 anos de idade, seguida pela dos 35-44 anos de idade, com apenas uma diferença numérica de um participante. Em contraste a estes números, a faixa etária com menor expressão neste estudo é a dos 55-64 anos de idade, seguida pela dos participantes acima dos 64 anos de idade, com a respetiva diferença de menos um participante.

No que respeita às habilitações literárias, existe um equilíbrio entre os participantes com algum grau do ensino superior e os participantes com o ensino secundário. Isto é, 11 pessoas (44.0%) referiram ter uma licenciatura, pós-graduação, mestrado ou doutoramento, e, respetivamente, 11 pessoas (44.0%), referiram ter o ensino secundário (12º ano). Seguindo-se assim, dois participantes (8.0%), mencionaram ter o 3º ciclo (9ºano); e por último uma pessoa (4.0%), refere ter o 1º ciclo (4ºano).

Relativamente à região de residência, as opções de resposta dadas aos participantes encontravam-se segundo a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (i.e., NUTS), mais especificamente, as NUTS II. Desta forma, verificou-se que a região do país em que residia a maioria dos participantes foi a da Área Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo, com 15 pessoas (60.0%), seguida da região Norte do país, com 6 pessoas (24.0%), logo após a região do Alentejo com 3 pessoas (12.0%), e por último, a região Centro com 1 pessoa (4.0%). O que corresponde a quatro, das sete unidades territoriais portuguesas que abrangem as NUTS II.

No âmbito do presente estudo, foi utilizado um método de amostragem não probabilístico, em que a recolha de dados foi feita por conveniência (i.e., modo não aleatório). E, de forma a que fosse possível alcançar um maior número de participantes, foi também utilizado o método de amostragem *Snowball* (i.e., bola de neve), segundo o qual os participantes que compõem inicialmente a amostra, podem, através da sua rede de contactos, estabelecer uma “ponte” com outros potenciais

participantes, numa dinâmica contínua que se mantém até que seja alcançado o tamanho da amostra desejado (Heckathorn & Salganik, 2004). Algo que se verificou bastante proveitoso para este estudo, na medida em que evitou uma adesão inferior àquela que foi possível atingir.

### **3.2. Instrumentos**

Para o presente estudo, e à luz do estado da arte, foi desenvolvido um inquérito por questionário que tem como objetivo recolher informação sobre as perceções e opiniões de pessoas com deficiência visual, com base na sua experiência prévia de utilização, acerca do consumo de notícias em formato *podcast*, como também, da sua opinião sobre o formato no geral (cf., Anexo A).

O questionário é composto por 19 perguntas, que se encontravam distribuídas por quatro categorias: (1) perfil sociodemográfico, (2) consumo de conteúdos em formato *podcast*, (3) consumo de conteúdos noticiosos em formato *podcast*, e (4) acessibilidade de conteúdos em formato *podcast*. Sendo que, a categoria (3) apenas se destina aos participantes que tenham respondido que utilizam ou já utilizaram este formato para ficar a par das notícias da atualidade. Caso contrário, o questionário avança para a secção (4). Ainda na secção (3) do questionário, foram feitas duas questões relativas às vantagens e desvantagens que o formato *podcast* pode ter no consumo de notícias, para que mediante as opiniões dadas, seja possível responder de forma fundamentada à questão de partida deste estudo. Para finalizar o questionário, foi colocada uma questão aberta e sem obrigatoriedade de resposta, para que todos os participantes pudessem dar sugestões, que na sua perspectiva pessoal, permitissem atenuar/resolver as dificuldades sentidas ao aceder a conteúdos em formato *podcast*.

Tendo em consideração a pouca extensão da literatura portuguesa em relação ao tópico em estudo, tornou-se revelante que assim se optasse por um questionário com 13 questões com opções de escolha múltipla, e seis questões com opção de resposta aberta. Esta opção metodológica, permite que o inquirido/a tenha uma maior liberdade de resposta, na medida em consegue manifestar as suas próprias perceções sobre aquilo que considera mais relevante. E, desta forma, contribuir para melhor conhecer e compreender as condições de uso deste formato por utilizadores e consumidores com deficiência visual.

Posto isto, o presente estudo de investigação segue uma abordagem de natureza qualitativa e exploratória que, geralmente, é muito utilizada em estudos em que existe alguma escassez na literatura sobre uma determinada temática (Akhtar, 2016). Nesse sentido, permite que se estabeleçam bases que possam conduzir a novas investigações futuras. Segundo o professor e investigador Donald Treadwell (2017), os métodos qualitativos são, por norma, baseados no pressuposto de que as pessoas são idiossincráticas e que, por isso, têm visões únicas e subjetivas do mundo (Treadwell, 2017). E, por

esse motivo, a incapacidade de generalizar conclusões a uma maior escala não é, necessariamente, considerada um problema (Treadwell, 2017).

### **3.3. Procedimento**

Antecedendo ao processo de recolha de dados, foi feita a submissão de um conjunto de requisitos informativos sobre as medidas e procedimentos éticos a serem implementados na investigação, e que obtiveram a aprovação da Comissão Ética do ISCTE-IUL (Parecer 94/2021). De seguida, foram feitos pedidos de colaboração, via email, aos diretores/as de associações e instituições para pessoas com deficiência visual, em Portugal, para a divulgação de um inquérito por questionário online a ser preenchido pelos seus associados ou conhecidos. As associações que aceitaram colaborar para este estudo foram as seguintes: a APEC (i.e., Associação Promotora do Ensino dos Cegos), e a ACAPO de Lisboa (i.e., Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal). Foram igualmente feitos dois pedidos de divulgação na rede social Facebook, aos administradores do grupo “Deficiência Visual” com 416 membros, e ao grupo “Deficiência e Notícias” com 15.4 mil membros aquando o pedido<sup>15</sup> e que aceitaram igualmente colaborar.

A respeito da recolha de dados, o consentimento informado foi apresentado antes do questionário, descrevendo todas as informações necessárias, sendo que o participante só poderia prosseguir para o questionário caso tivesse aceite participar. Esta opção (“aceito”) foi colocada no final da página, sendo necessário o seu preenchimento com uma cruz para que pudesse transitar para o início do questionário.

A recolha de dados teve início a 14 de julho de 2021, e terminou a 28 de julho de 2021.

### **3.4. Estratégia de Análise**

Relativamente à análise dos dados, a mesma foi realizada através do *software* estatístico *SPSS* (i.e., *Statistic Package Social for Science*) na versão 28. Foram utilizadas estatísticas descritivas (frequências e percentagens), para as questões de resposta fechada. No que concerne às questões de resposta aberta, procedeu-se à análise e interpretação do conteúdo.

---

<sup>15</sup> Pedido feito a 19 de julho de 2021.



## Capítulo IV. Resultados

### 4.1. O consumo de conteúdos em formato *podcast*

#### 4.1.1. Dispositivo utilizado para aceder a um *podcast*, por idade (*n* e %)

Para as pessoas com deficiência visual da presente amostra, o telemóvel apresenta-se como o dispositivo mais utilizado para aceder a um *podcast* ( $n = 14$ , 58.3%), seguido do computador ( $n = 8$ , 33.3%), o tablet ( $n = 1$ , 4.2%), e por último, com resultado equivalente, o “telemóvel e o computador” ( $n = 1$ , 4.2%), sendo esta uma resposta alternativa dada por um participante. Na Tabela 1, e segundo a relação estabelecida entre o tipo de dispositivo utilizado para aceder a um *podcast*, e a idade dos participantes, a faixa etária dos 35-44 anos é a que mais se destaca na utilização do telemóvel ( $n = 6$ , 42.9%) para o efeito, ao contrário da faixa etária dos 55 aos 64 anos ( $n = 1$ , 7.1%) que se apresenta pouco expressiva. Em contraste a estes resultados, os participantes que se encontram na faixa etária acima dos 64 anos ( $n = 2$ , 25.0%), demonstram ter como escolha preferencial a utilização exclusiva do computador para aceder a um *podcast*. Importa ainda referir que, na análise desta tabela não foi contabilizada a resposta de um participante por motivos de não entendimento da questão.

**Tabela 1.**

*Dispositivo utilizado para aceder a um *podcast*, por idade (*n* e %)*

	Computador n (%)	Tablet n (%)	Telemóvel n (%)	Telemóvel e Computador n (%)
<b>Idade</b>				
25-34	0	0	2 (14.3)	0
35-44	1 (12.5)	1 (100)	6 (42.9)	1 (100)
45-54	5 (62.5)	0	5 (35.7)	0
55-64	0	0	1 (7.1)	0
Acima dos 64	2 (25.0)	0	0	0
Total	8 (100)	1 (100)	14 (100)	1 (100)

*Fonte: Elaboração Própria*

#### 4.1.2. Recurso auxiliar utilizado para ouvir um *podcast*, por deficiência visual (*n* e %)

Neste estudo, a maioria dos participantes com deficiência visual refere que utiliza o leitor de ecrã como recurso auxiliar para ouvir um *podcast* ( $n = 22$ , 88.0%). Adicionalmente, um participante refere que utiliza o ampliador de ecrã ( $n = 1$ , 4.0%), um participante refere que utiliza o sintetizador de voz ( $n = 1$ , 4.0%), e, por último, um dos participantes acrescenta como resposta alternativa “Nenhum” ( $n = 1$ ,

4.0%). Na Tabela 2, é possível observar que tanto as pessoas com cegueira ( $n = 19$ , 86.4%), como as pessoas com baixa visão ( $n = 3$ , 13.6%) utilizam mais este recurso em relação aos outros (e.g., sintetizador de voz e ampliador de ecrã).

**Tabela 2.**

*Recurso auxiliar utilizado para ouvir um podcast, por deficiência visual (n e %)*

	<b>Ampliador de Ecrã n (%)</b>	<b>Leitor de Ecrã n (%)</b>	<b>Sintetizador de Voz n (%)</b>	<b>Nenhum n (%)</b>
<b>Deficiência Visual</b>				
Cegueira	0	19 (86.4)	1 (100)	0
Baixa Visão	1 (100)	3 (13.6)	0	1 (100)
Total	1 (100)	22 (100)	1 (100)	1 (100)

Fonte: Elaboração Própria

#### **4.1.3. Utilização regular do formato podcast, por género (n e %)**

No presente estudo, a maioria dos participantes refere que utiliza o formato *podcast* de forma regular ( $n = 17$ , 68.0%), ao contrário de 8 pessoas (32.0%), que referem que não. Tal como é apresentado na Tabela 3, os resultados indicam que os participantes do género masculino utilizam o formato *podcast* com uma maior regularidade ( $n = 11$ , 64.7%), em comparação com as participantes do género feminino ( $n = 6$ , 35.3%).

**Tabela 3.**

*Utilização regular do formato podcast, por género (n e %)*

	<b>Sim n (%)</b>	<b>Não n (%)</b>
<b>Género</b>		
Feminino	6 (35.3)	3 (37.5)
Masculino	11 (64.7)	5 (62.5)
Total	17 (100)	8 (100)

Fonte: Elaboração Própria

#### **4.1.4. Conteúdos e preferências na utilização do formato podcast**

Tal como é possível verificar na Tabela 4, as pessoas com deficiência visual que compõem a presente amostra em estudo, apresentam alguma diversidade na escolha de conteúdos para consumir em

formato *podcast*. Os resultados demonstram que os conteúdos procurados variam entre as notícias da atualidade, os programas temáticos sobre política nacional e internacional, economia, história, tecnologia, desporto, sociedade civil, cultura, ciência, educação e saúde, em particular notícias sobre o novo Coronavírus (COVID-19). Nomeadamente, também foi mencionada a procura de *podcasts* com conteúdos sobre deficiência, literatura, eletrónica, psicologia, investigação criminal, entretenimento, humor, música, crítica social, natureza e vida animal, arquivos sobre património histórico e fóruns. Em termos de géneros jornalísticos, algumas pessoas descreveram a sua preferência por consultar os conteúdos em formato de entrevista, reportagem, opinião, debate, análise por especialistas e géneros mistos. Importa ainda salientar que, alguns participantes fizeram referência à rádio na forma como escolhem procurar conteúdos em formato *podcast*. Como por exemplo: “Programas de rádio que não posso ouvir em tempo real”; “Resumos de programas radiofónicos”; “Podcasts de rádios”. Outro conjunto de participantes, demonstra que não procura por nenhum conteúdo em particular, e outros que têm como critérios: a disponibilidade em formato de áudio, que se encontre acessível para MP3; como também, a pesquisa por algo que permita adquirir conhecimentos sobre uma determinada questão e/ou temática.

**Tabela 4.**

*Conteúdos e preferências na utilização do formato podcast (P = Participante)*

<b>Participantes (P)</b>	<b>Conteúdos e preferências na utilização do formato podcast</b>
P1	Programas de rádio que não posso ouvir em tempo real: entrevistas, programas literários e de humor.
P2	Podcasts temáticos tais como tecnologia, economia, política, etc.
P3	Notícias, entretenimento, tecnologia, desporto etc.
P4	Elevar os meus conhecimentos intelectuais.
P5	Formato acessível para mp3.
P6	Várias coisas: notícias, entrevistas, cultura, programas de opinião, debates e entretenimento no geral.
P7	Notícias sobre covid-19 e desporto.
P8	Notícias do dia a dia.
P9	Atualidade; informação analisada por especialistas; entretenimento.
P10	Procuro podcasts informativos, sobre literatura, desporto e eletrónica.
P11	Entrevistas, resumos de programas radiofónicos e notícias.
P12	Podcast de rádios.

P13	Podcast em formato áudio.
P14	Assuntos sociais, educativos e culturais.
P15	É a primeira vez.
P16	Notícias, humor, entrevistas, informação.
P17	Atualidades.
P18	Notícias.
P19	Nada.
P20	Conhecimentos.
P21	Notícias.
P22	Notícias sobre ciência e tecnologia, humor, crítica social, reportagens, arquivos sobre patrimônio histórico, sociedade civil, podcasts sobre deficiência, saúde, temas da atualidade, psicologia, investigação criminal, fóruns, curiosidades sobre ciência, vida animal e Natureza no geral.
P23	Música e notícias.
P24	Entretenimento, conteúdos históricos e científicos.
P25	Política nacional, Política internacional, História, Literatura. Em matéria de gêneros jornalísticos, procuro a entrevista, a reportagem e alguns gêneros mistos.

*Fonte: Elaboração Própria*

## **4.2. Consumo de conteúdos noticiosos em formato podcast**

### **4.2.1. Utilização do formato podcast para o consumo de notícias, por habilitação literária (n e %)**

No presente estudo, a maioria das pessoas com deficiência visual que compõem esta amostra, utilizam o formato *podcast* para o consumo de notícias da atualidade ( $n = 19$ , 76.0%), à exceção de 6 pessoas (24.0%), que referem que não. Conforme os resultados apresentados na Tabela 5, é possível observar que as pessoas que têm algum grau do ensino superior são as que mais utilizam este formato para saber as notícias da atualidade ( $n = 9$ , 47.4%), seguidas das pessoas com o nível de ensino secundário ( $n = 8$ , 42.1%). Importa ainda salientar que, as únicas duas pessoas com o 3º ciclo que responderam ao questionário, utilizam o formato podcast para o consumo de notícias ( $n = 2$ , 10.5%), ao contrário da única pessoa com o 1º ciclo que respondeu que não ( $n = 1$ , 16.7%).

**Tabela 5.***Utilização do formato podcast para o consumo de notícias, por habilitação literária (n e %)*

	Sim n (%)	Não n (%)
<b>Habilitações Literárias</b>		
1º Ciclo	0	1 (16.7)
2º Ciclo	0	0
3º Ciclo	2 (10.5)	0
Ensino Secundário	8 (42.1)	3 (50.0)
Ensino Superior	9 (47.4)	2 (33.3)
Total	19 (100)	6 (100)

*Fonte: Elaboração Própria***4.2.2. Acessibilidade do formato podcast para o consumo de notícias da atualidade (n e %)**

A presente questão apenas foi respondida pelos 19 participantes que, na questão anterior, afirmaram utilizar ou já ter utilizado o formato podcast para o consumo de notícias da atualidade. Desta forma, é possível observar na Tabela 6 que, 16 pessoas (84.2%) referem que o formato *podcast* é um formato acessível para o consumo de notícias da atualidade, 2 pessoas (10.5%) referem que não, e 1 pessoa (5.3%) afirma que depende. O participante que respondeu com a opção “Depende”, justifica com o seguinte enquadramento: “Depende dos Podcasts consultados. Por exemplo, as revistas de imprensa pode constituir um meio para esse efeito. Porém, creio que o Podcast obedece mais aos critérios da relevância e da pertinência contedística do que ao da atualidade.” Dos participantes que responderam que sim ( $n = 16$ , 84.2%), 5 pessoas complementaram a sua resposta com uma justificação. Como por exemplo: “É uma das formas, mas há outras!”; “É, mas não a 100%.”; “Sim, dependendo do que que se assina”; “Sim, é a forma mais eficiente de aceder aos conteúdos a qualquer momento sem recorrer a leitores externos”; e por último, “Sim, se bem que por vezes é um pouco demorado. Normalmente os podcasts centram-se mais num tema específico, o que nem sempre é útil para se ficar com uma ideia geral das notícias mais recentes. Nesse aspeto existem aplicações que cumprem melhor essa função.” Os dois participantes que responderam que não, não justificaram a sua resposta.

**Tabela 6.***Acessibilidade do formato podcast para o consumo de notícias da atualidade (n e %)*

	n (%)
<b>Sim</b>	16 (84.2)
<b>Não</b>	2 (10.5)
<b>Depende</b>	1 (5.3)
<b>Total</b>	19 (100)

*Fonte: Elaboração Própria***4.2.3. Informação noticiosa transmitida de forma clara e adequada aos seus interesses (n e %)**

Nesta questão, responderam 19 pessoas sobre se a informação noticiosa no formato podcast é (ou não) transmitida de forma clara e adequada aos seus interesses. Na Tabela 7, é possível verificar que 14 pessoas (73.7%) afirmaram que sim, 1 pessoa respondeu que não (5.3%), e 4 pessoas (21.1%) deram respostas que se encaixam numa classificação intermédia. Ou seja, as respostas destes quatro participantes variavam entre: “Depende muito do podcast. Alguns são demasiado demorados. Por vezes não há tempo de assistir até ao fim.”; “Nem sempre”; “Mais ou menos”; “Sigo alguns programas semanais, umas vezes são claros outras não, dependendo dos seus intervenientes. O interesse é de quem segue a rubrica”.

**Tabela 7.***Informação noticiosa transmitida de forma clara e adequada aos seus interesses (n e %)*

	n (%)
<b>Sim</b>	14 (73.7)
<b>Não</b>	1 (5.3)
<b>Intermédio</b>	4 (21.1)
<b>Total</b>	19 (100)

*Fonte: Elaboração Própria***4.2.4. Categorias temáticas de notícias (n e %)**

Na Tabela 8, é possível observar que os participantes com deficiência visual da amostra em estudo, têm diversas preferências temáticas de notícias, das quais costumam ouvir. De acordo com as 19 respostas dadas, e seguindo uma ordem decrescente por categoria, a que mais se destaca é a das notícias Internacionais ( $n = 4$ , 21.1%), seguida pela da Cultura ( $n = 3$ , 15.8%), Política ( $n = 2$ , 10.5%), Desporto ( $n = 2$ , 10.5%) e Saúde ( $n = 2$ , 10.5%) com resultados semelhantes, como ainda a de Sociedade

( $n = 1$ , 5.3%). Adicionalmente, foram também dadas outras opções pelos participantes, tais como: “Ciência e Tecnologia” ( $n = 1$ , 5.3%), “Ciência, História, Tecnologia, Sexualidade e Cidadania” ( $n = 1$ , 5.3%), “Conteúdos da deficiência de forma geral, e em particular em relação à visual. Assuntos da área profissional” ( $n = 1$ , 5.3%), “Humor” ( $n = 1$ , 5.3%) e “Todas as opções” ( $n = 1$ , 5.3%). A alternativa “Humor” dada por um participante, foi considerada válida pelo facto de existirem *podcasts* com um registo de *Infotainment*, em que há uma combinação entre informação e entretenimento, como é visto no caso do *podcast* “Programa Cujo Nome Estamos Legalmente Impedidos de Dizer”, anteriormente chamado de “Governo de Sombra”.

**Tabela 8.**

*Categorias temáticas de notícias (n e %)*

	<i>n</i>	%
<b>Categorias</b>		
Internacional	4	21.05
Cultura	3	15.79
Política	2	10.53
Desporto	2	10.53
Economia	0	0
Saúde	2	10.53
Sociedade	1	5.26
Ciência e Tecnologia	1	5.26
Ciência, História, Tecnologia, Sexualidade e Cidadania	1	5.26
Conteúdos da deficiência de forma geral, e em particular em relação à deficiência visual. Assuntos da área profissional.	1	5.26
Humor	1	5.26
Todas as opções	1	5.26

*Fonte:* Elaboração Própria

#### **4.2.5. Vantagens e desvantagens na utilização do formato podcast para o consumo de notícias**

Na tabela 9, encontram-se expostas as vantagens e desvantagens que as pessoas com deficiência visual desta amostra, consideram relevantes sobre a utilização do formato podcast para o consumo de notícias. Entre as vantagens descritas, encontram-se a facilidade no acesso; a praticidade; a possibilidade de poder ser ouvido a qualquer hora; o ser gratuito; o ser acessível; a forma de comunicar as notícias; a tecnologia utilizada; a regularidade; a rápida obtenção dos conteúdos e apreensão dos mesmos; a possibilidade de escolha e de poder guardar alguns programas; e também a ocupação de tempos mortos. Além das vantagens anteriormente mencionadas, dois participantes referem que para si, as vantagens são “Nenhumas” e “Escassas”. A respeito das desvantagens, foi mencionado a superficialidade; a maior possibilidade de desconcentração e de atenção plena; a obrigatoriedade de aceder através do WIFI; a dificuldade ao pesquisar podcasts nas plataformas; as legendas; a falta de variedade e pouca informação obtida; a preferência por ler as notícias em vez de as ouvir; a perda de contacto com a escrita; o facto de não ser um formato imediato; o ser pouco acessível; e a perda de oportunidade sobre um tema quando disponibilizado tardiamente. Em contrapartida, vários participantes referem que para si, as desvantagens são “Nenhumas”, “Poucas ou nenhuma”, “Não há desvantagens”, “Poucas”, “Pouco significativas”, e “Sem desvantagens”.

**Tabela 9.**

*Vantagens e desvantagens na utilização do formato podcast para o consumo de notícias*

<b>Participantes (P)</b>	<b>Vantagens/Potencialidades</b>	<b>Desvantagens/Desafios</b>
P1	Praticidade	Superficialidade
P2	Acesso	Atenção plena
P3	Nenhumas	Nenhumas
P4	Escassas	Legendas
P5	Poder ouvir quando tenho disponibilidade e ocupar tempos mortos.	São poucas. A maior que vejo é a falta de variedade e algumas dificuldades na pesquisa em plataformas de podcasts.
P6	Mais fácil de aceder.	Por vezes, encontrar o podcast.
P7	Muito vantajosas.	A pouca informação obtida.
P8	Não estar associado a hora nenhuma, o serem gratuitos.	Não ser um formato imediato, perda de contacto com a escrita, e contacto com os estilos e estéticas, com a forma dos textos, perda de contacto com a grafia.

P9	Tecnologia utilizada; forma de comunicar a notícia.	O acesso obrigatório de WiFi
P10	A regularidade e a escolha.	Poucas ou nenhuma
P11	Posso ouvir em qualquer hora e guardar alguns programas.	A desvantagem é perder a oportunidade do tema quando disponibilizado tardiamente.
P12	Muito relevantes	Pouco acessíveis
P13	Muito úteis	Não há desvantagens
P14	Reais	Poucas
P15	Muito importantes	Pouco significativas.
P16	É mais fácil e rápido, utilizado sempre através dos jornais no computador.	As desvantagens é que não é muito prático porque gosto mais das ler do que as ouvir.
P17	Rápido e acessível	Sem desvantagens
P18	Fundamentais	Português brasileiro
P19	A celeridade da obtenção do conteúdo e a rápida apreensão do mesmo.	A falta de leitura e a maior possibilidade de desconcentração.

Fonte: Elaboração Própria

### 4.3. Acessibilidade de conteúdos em formato podcast, no geral

#### 4.3.1. Forma de aceder e ouvir um podcast, por género (n e %)

A maioria dos participantes refere que costuma de aceder e ouvir podcasts diretamente da aplicação ( $n = 18, 72.0\%$ ). Outras pessoas mencionaram que costumam de consumir diretamente de um *website* ( $n = 3, 12.0\%$ ), e outras preferem transferir o ficheiro de áudio da aplicação, para ouvir mais tarde ( $n = 3, 12.0\%$ ). Nesta questão em particular, foi também considerada a resposta alternativa “Nunca” ( $n = 1, 4.0\%$ ), dada por um participante pelo facto da questão ter sido colocada no presente do indicativo (i.e., “De que forma costuma aceder e ouvir um podcast?”), o que poderá significar que, atualmente, este participante já não utiliza este formato por algum motivo. Na Tabela 10, é possível observar que tanto os participantes do género masculino ( $n = 12, 66.7\%$ ) como do género feminino ( $n = 6, 33.3\%$ ), têm ambos uma maior preferência por aceder e ouvir *podcasts* diretamente das aplicações.

**Tabela 10.***Forma de aceder e ouvir um podcast, por género (n e %)*

	Diretamente da Aplicação n (%)	Diretamente do Website n (%)	Transferir o ficheiro de áudio da aplicação, para ouvir mais tarde n (%)	Nunca n (%)
<b>Género</b>				
Feminino	6 (33.3)	1 (33.3)	2 (66.7)	0
Masculino	12 (66.7)	2 (66.7)	1 (33.3)	1 (100)
Total	18 (100)	3 (100)	3 (100)	1 (100)

*Fonte: Elaboração Própria***4.3.2. Praticidade ao aceder a conteúdos em formato podcast, no dia a dia, por habilitação literária (n e %)**

Neste estudo, a maioria das pessoas com deficiência visual ( $n = 15$ , 60.0) revela que considera prático aceder a conteúdos em formato podcast no seu dia a dia. No entanto, importa ainda salientar que 6 pessoas (24.0) referem que não, e 4 pessoas (16.0) optaram por não responder. Na tabela 11, é possível observar que a maioria dos participantes que referem ser prático aceder a um podcast diariamente, tinham algum grau do ensino superior ( $n = 8$ , 53.3), dos participantes que responderam que não, 1 pessoa (16.7%) tem o 1º Ciclo, 4 pessoas (66.7%) têm o ensino secundário, e 1 pessoa (16.7%) tem o ensino superior. Em relação às pessoas que optaram pela opção “Não Respondo”, 2 (50.0) tinham o ensino secundário, e 2 (50.0) tinham o ensino superior.

**Tabela 11.***Praticidade ao aceder a conteúdos em formato podcast, no dia a dia, por habilitação literária (n e %)*

	Sim n (%)	Não n (%)	Não respondo n (%)
<b>Habilitações Literárias</b>			
1º Ciclo	0 (0.0)	1 (16.7)	0 (0.0)
2º Ciclo	0 (0.0)	0 (0.0)	0 (0.0)
3º Ciclo	2 (13.3)	0 (0.0)	0 (0.0)
Ensino Secundário	5 (33.3)	4 (66.7)	2 (50.0)
Ensino Superior	8 (53.3)	1 (16.7)	2 (50.0)
Total	15 (100)	6 (100)	4 (100)

Fonte: Elaboração Própria

#### 4.3.3. Dificuldades ao aceder a um conteúdo em formato podcast (n e %)

Tal como é possível observar na Tabela 12, a maioria das pessoas com deficiência visual que participaram neste estudo, responderam que já sentiram dificuldades ao aceder a um conteúdo em formato podcast ( $n = 13$ , 52.0%). Sendo que 11 pessoas (44.0%) responderam que não, e uma pessoa (4.0%) optou pelo “Não respondo”.

**Tabela 12.**

*Dificuldades ao aceder a um conteúdo em formato podcast (n e %)*

	<i>n</i>	<i>%</i>
Sim	13	52.0
Não	11	44.0
Não Respondo	1	4.0
Total	25	100

Fonte: Elaboração Própria

#### 4.3.4. Sugestões de melhoria para atenuar e/ou resolver dificuldades no acesso a conteúdos em formato podcast

Sendo esta uma questão aberta e não obrigatória, dos 25 participantes apenas 11 responderam. As sugestões dadas servem o propósito de promover melhorias neste formato, segundo a perspectiva de consumidores com deficiência visual. As principais propostas dadas nesse sentido foram: a facilitação de acessibilidade nas aplicações e websites em que os *podcasts* se encontram disponibilizados; tentar que a informação transmitida seja da forma mais completa possível; tornar as aplicações mais funcionais e práticas; a leitura de legendas em voz alta; e a disponibilização gratuita de conteúdos em sites que respeitam a acessibilidade de todos os cidadãos, com a possibilidade de os utilizadores os poderem descarregar e ouvir offline. Verificou-se também que, dois participantes mencionaram que as dificuldades sentidas derivavam de problemas com a rede, e com a cobertura do serviço de Internet por esta não ser sempre na mesma velocidade no território português. Para finalizar, um dos participantes refere que “A melhoria da acessibilidade é fundamental bem como a sugestão para alguns termos de pesquisa será essencial para que assim possamos aceder melhor aos podcasts.”



## Capítulo V. Discussão

O presente capítulo pretende analisar a perceção de pessoas com deficiência visual que consomem ou já consumiram conteúdos em formato *podcast*, no âmbito das três principais categorias respondidas no questionário: (1) consumo de conteúdos em formato *podcast*, (2) consumo de conteúdos noticiosos em formato *podcast*, e (3) a acessibilidade dos conteúdos em formato *podcast*, discutindo-as assim, em confronto com a literatura existente sobre esta temática. Pretende ainda dar resposta às hipóteses formuladas, referir as limitações do estudo e contribuir com sugestões para investigações futuras.

Primeiramente, na categoria geral (1) sobre o consumo de conteúdos em formato *podcast*, os resultados obtidos demonstram que a amostra de pessoas com deficiência visual que participaram neste estudo (25 pessoas), utilizam mais o telemóvel como forma de aceder a um *podcast* ( $n = 14$ , 58.3%) em comparação com outros dispositivos (e.g., computador e tablet), sendo a faixa-etária dos 35 aos 44 anos a que mais se destaca. Tal como consta na literatura, o desenvolvimento tecnológico veio proporcionar uma maior autonomia e independência na forma como os ouvintes escolhem ouvir rádio (Bonixe, 2010), sendo que no particular domínio do *podcasting*, enquanto ferramenta omnipresente, este também se adapta facilmente às necessidades e/ou hábitos dos utilizadores, com conteúdos que podem ser consumidos em qualquer lugar, horário ou ritmo (Buzzi et al., 2011; Freire, 2011; Hennig, 2017; Mermelstein & Tal, 2005). No entanto, é importante assinalar que uma grande parte das pessoas com deficiência visual que participaram neste estudo, tinham algum grau do ensino superior ( $n = 11$ , 44.0%), e do ensino secundário completo ( $n = 11$ , 44.0%), o que poderá ajudar a compreender que tenham uma melhor familiarização com o manuseamento e utilização das tecnologias da informação e comunicação (TICs). Adicionalmente, verificou-se também que tanto as pessoas cegas ( $n = 19$ , 86.4%), como as pessoas com baixa visão ( $n = 3$ , 13.6%), utilizam mais o leitor de ecrã como recurso auxiliar para ouvir um *podcast*. Num estudo realizado por Maria Claudia Buzzi e colaboradores, sobre o impacto educacional de *podcasts* estruturados em utilizadores cegos e com baixa visão, todos os participantes envolvidos usavam uma tecnologia assistencial, embora que no sistema operacional do Windows (Buzzi et al., 2011). As pessoas cegas utilizavam o *JAWS*, uma tecnologia que serve de leitor de tela com voz contendo também outras funcionalidades, e as pessoas com deficiências visuais utilizam tanto o leitor de tela como a lupa que permitia ampliar os conteúdos que surgiam no ecrã (Buzzi et al., 2011).

Neste estudo, a maioria dos participantes com deficiência visual presentes nesta amostra, utiliza o formato *podcast* de forma regular ( $n = 17$ , 68.0%), verificando-se uma maior utilização por parte do género masculino ( $n = 11$ , 64.7%), que poderá ser justificada pelo facto de que, na amostra deste estudo, a maioria dos participantes serem do género masculino ( $n = 16$ , 64.0%), em contraste com as do género feminino ( $n = 9$ , 36.0%).

A respeito dos conteúdos e preferências das pessoas com deficiência visual que compõem a presente amostra, verifica-se alguma heterogeneidade nas suas escolhas e preferências no formato *podcast*. Algo que só foi possível descobrir, por ter sido considerado importante desenvolver algumas questões de resposta aberta, como foi o caso desta. A resposta dos participantes variou um pouco, no entanto, verificou-se que a palavra específica “notícias” foi contabilizada 10 vezes, sendo que algumas das restantes respostas também se focaram na área da informação, da atualidade, e nos géneros jornalísticos em que preferem consumir os conteúdos. Estes resultados sugerem que a amostra de participantes deste estudo, expressa interesse na utilização deste formato para o consumo de notícias, no geral.

De seguida, na categoria (2) sobre o consumo de conteúdos noticiosos em formato *podcast*, a maioria dos participantes ( $n = 19$ , 76.0%), refere que consome notícias da atualidade neste formato, o que vai ao encontro das respostas dadas na questão anterior. Posteriormente a esta questão, apenas puderam continuar a responder nesta categoria as pessoas que, efetivamente, já utilizaram ou utilizam este formato para o consumo de notícias, para que pudessem dar a sua resposta de forma mais fundamentada e de acordo com a sua experiência.

Neste sentido, importa nesta fase dar resposta às hipóteses formuladas para este estudo. No que concerne à H1, é possível considerar que o *podcast* é um formato acessível para saber as notícias da atualidade. Para a amostra de pessoas com deficiência visual que participaram neste estudo, a maioria afirmou que é acessível consumir as notícias da atualidade em formato *podcast* ( $n = 16$ , 84.2%). A este respeito, alguns autores têm vindo a evidenciar o potencial de acessibilidade do formato *podcast* no geral (Buzzi et al, 2011), como também, enquanto ferramenta educativa para estudantes com deficiência visual (Bezerra, 2018; Freire, 2011; Junior & Coutinho, 2009; Mafort et al., 2019). Não obstante a literatura mencionada, alguns participantes acrescentaram que apesar de este ser um formato acessível para o consumo de notícias da atualidade, não significa que seja o único formato para o efeito; nem que o mesmo seja 100% acessível. Também é referido que pode depender daquilo que se assina; que por vezes é um pouco demorado; como também, que “Sim, é a forma mais eficiente de aceder aos conteúdos a qualquer momento sem recorrer a leitores externos”. Os resultados sugerem que os jornalistas que produzem conteúdos em formato *podcast*, têm nas suas mãos um grande potencial de conseguir chegar às audiências com deficiência visual, e que devem aproveitar esta ferramenta para continuar a melhor atender às necessidades de audiências com deficiência visual que escolhem o *podcast* para consumir notícias, dentro dos diversos géneros jornalísticos.

No que respeita à H2, é possível considerar que a informação noticiosa transmitida no formato *podcast* é feita de forma clara e adequada aos interesses das pessoas com deficiência visual. Para a amostra de pessoas com deficiência visual que participaram neste estudo, e que consomem notícias neste formato, a maioria considerou que sim ( $n = 14$ , 73.7%). Tal como refere Mafort e colaboradores

(2019), no que respeita ao ensino inclusivo, o *podcast* apresenta-se como um formato bastante proveitoso para todos os estudantes (i.e., normativos e com deficiência visual), na medida em que o conteúdo fornecido é linguisticamente acessível para todos, sem resultar em condições de exclusão no processo de ensino-aprendizagem (Mafort et al., 2019). Ainda assim, importa fazer uma ressalva às respostas dadas pelos participantes que se encontram num nível intermédio (i.e., nem sim, nem não). Recuperando os exemplos dados pelos participantes, e referidos no capítulo anterior dos resultados: “Depende muito do podcast. Alguns são demasiado demorados. Por vezes não há tempo de assistir até ao fim.”; “Nem sempre”; “Mais ou menos”; “Sigo alguns programas semanais, umas vezes são claros outras não, dependendo dos seus intervenientes. O interesse é de quem segue a rubrica”. Estas justificações permitem compreender que, tal como há uma enorme variedade de *podcasts* para escolher conforme os interesses de preferências de cada pessoa, também é importante que os jornalistas/produtores procurem desenvolver os seus conteúdos de forma a que atenda às diferentes características dos seus consumidores.

No que requer à H3, a única hipótese geral que abarca todos os participantes que utilizam o formato *podcast*, além do consumo de notícias, esta carece de alguma profundidade e que por esse motivo não será validada. A maioria dos participantes referiu que considera ser prático aceder a conteúdos em formato *podcast* no seu dia a dia ( $n = 15, 60.0$ ), no entanto, quando juntamos os participantes que referiram que não ( $n = 6, 24.0$ ), e os que optaram por não responder ( $n = 4, 16.0$ ), a percentagem sobe para 40%, sendo que também se desconhece as razões que levaram estes participantes a optar por estas respostas.

Voltando à análise e discussão das respostas dadas na categoria (2), foi colocada uma questão com várias opções de escolha múltipla, contemplando também a opção de resposta aberta, para conhecer melhor quais seriam as temáticas de notícias que os inquiridos mais consumiam e se interessavam. As categorias mencionadas com maior frequência foram as de notícias internacionais ( $n = 4, 21.1$ ), seguida pelas de cultura ( $n = 3, 15.8$ ), as de política ( $n = 2, 10.53$ ), desporto ( $n = 2, 10.53$ ), e as de saúde ( $n = 2, 10.53$ ). Importa destacar algumas respostas interessantes que foram dadas de forma alternativa por alguns participantes, “Ciência, História, Tecnologia, Sexualidade e Cidadania”; “Conteúdos da deficiência de forma geral, e em particular em relação à deficiência visual. Assuntos da área profissional.”; e “Ciência e Tecnologia”. Estes resultados encontram-se em concordância com a literatura, que coloca em evidência o lado de nicho do formato *podcast*, tanto ao nível da produção como do consumo dos média (Kischinhevsky & Herschmann, 2008).

Em linha com a questão de partida do presente estudo, foi proposto às pessoas com deficiência visual que participaram neste estudo, que indicassem quais as vantagens e desvantagens de utilizar o formato *podcast* para o consumo de notícias. Tal como foi apresentado no capítulo anterior dos resultados, as vantagens mencionadas foram diversas, entre elas: a praticidade; o fácil acesso; o ser

gratuito; a possibilidade de poder ser ouvido em qualquer hora; a regularidade; o ser acessível; a tecnologia utilizada; a forma de comunicar as notícias; a rápida obtenção dos conteúdos e a sua apreensão; a ocupação de tempos mortos; a possibilidade de escolha e de se poder guardar alguns programas. Nas desvantagens, foram referidas: a maior possibilidade de desconcentração e de atenção plena; a obrigatoriedade de aceder através do WIFI; a superficialidade; a dificuldade ao pesquisar podcasts nas plataformas; as legendas; a falta de variedade e pouca informação obtida; a perda de oportunidade sobre um tema quando disponibilizado tardiamente; o facto de não ser um formato imediato; o ser pouco acessível; a perda de contacto com a escrita; e a preferência por ler as notícias em vez de as ouvir. Fazendo um balanço entre as vantagens e desvantagens mencionadas, houve 2 participantes que referiram especificamente que para si, as vantagens eram “Escassas” ou “Nenhumas”. Em contraste, no que se refere às desvantagens, 6 pessoas referiram que, para si, eram “Nenhumas”; “Poucas ou nenhuma”; “Não há desvantagens”; “Poucas”; “Pouco significativas”; e “Sem desvantagens”. Estes resultados sugerem que, neste estudo, as potencialidades superam os desafios na utilização deste formato para o consumo de notícias. Embora que, ainda existam diversas melhorias significativas a serem tidas em conta no futuro.

Para finalizar, na categoria geral (3) sobre a acessibilidade dos conteúdos em formato *podcast*, e segundo a amostra deste estudo, a maioria dos participantes apresenta uma maior preferência por aceder e ouvir os conteúdos diretamente das aplicações em que se encontram ( $n = 18, 72.0\%$ ), sendo algo que se verifica tanto nos participantes do género masculino ( $n = 12, 66.7\%$ ), como do género feminino ( $n = 6, 33.3\%$ ). No entanto, a maioria das pessoas que participaram neste estudo revelaram já ter sentido dificuldades ao aceder a um conteúdo em formato *podcast* ( $n = 13, 52.0\%$ ), ao contrário das pessoas que não sentiram ( $n = 11, 44.0\%$ ). Algo bastante congruente com a literatura, que tem vindo a evidenciar que a presença dos média na Internet ainda apresenta condicionantes no acesso aos conteúdos na web (Fernandes, 2011; Pinto, 2014; Pinto & Teixeira, 2012). No entanto, os jornalistas portugueses reconhecem a importância que os média têm na vida das pessoas com deficiência visual, que para além do seu carácter informativo e de “companhia”, têm o poder de desmistificar preconceitos e transmitir uma imagem positiva que permita facilitar a integração (Neves, 2011). Para compreender o que poderá ainda ser feito para o formato *podcast* evoluir e melhor atender às necessidades de audiências com deficiência visual, foi sugerido que os participantes apresentassem sugestões que na sua perspectiva, permitissem resolver dificuldades que possam ter sentido. As principais sugestões foram: a leitura de legendas em voz alta; tentar que a informação transmitida seja da forma mais completa possível; tornar as aplicações mais funcionais e práticas; disponibilização gratuita de conteúdos em sites que respeitam a acessibilidade de todos os cidadãos, com a possibilidade de os utilizadores os poderem descarregar e ouvir offline; e a facilitação de acessibilidade nas aplicações e websites em que os podcasts se encontram disponibilizados.

## Limitações do estudo e sugestões para investigação futura

Ao longo do desenvolvimento do presente estudo, foram surgindo alguns obstáculos e limitações que importam ser referenciados. Inicialmente, foi considerado que a entrevista seria o método mais vantajoso para melhor conhecer as percepções de pessoas com deficiência visual acerca do consumo de conteúdos em formato *podcast*, no entanto, devido à situação pandémica vivida atualmente (COVID-19), não foi possível concretizar esse contacto. Deste modo, tentou-se colocar seis questões com opção de resposta aberta para que ainda assim, fosse possível conhecer e compreender melhor a situação das pessoas com deficiência visual relativamente ao consumo de conteúdos em formato *podcast*, nomeadamente os conteúdos noticiosos. Esta tentativa revelou-se importante, na medida em que a maioria dos participantes não apresentou dificuldades no preenchimento das questões de resposta aberta e contribuiu de forma interessante e completa para este estudo. Sugere-se ainda assim, que em investigações futuras, se proceda à realização de entrevistas para explorar esta temática com outra profundidade e detalhe.

Neste estudo, também foi feita a tentativa de conhecer a perspetiva de jornalistas que produzem conteúdos em formato *podcast*, acerca de conteúdos noticiosos acessíveis neste formato para pessoas com deficiência. No entanto, a adesão de jornalistas foi de apenas 6 pessoas, o que se revelou insuficiente tendo em conta a dimensão de jornalistas/*podcasters* em Portugal. Nesse sentido, propõe-se que seja abordado este ângulo numa investigação futura. Verificou-se ainda, alguma escassez na literatura portuguesa relativa à temática do papel da voz na sua relação com audiências com deficiência visual. Um tópico abrangente, mas que poderá ser interessante de explorar no futuro.

Uma outra limitação neste estudo é a sua validade externa, na medida em que devido à dimensão reduzida da amostra deste estudo (25 participantes), não ser possível realizar a generalização dos resultados obtidos. Por sua vez, e sendo este um estudo exploratório, pretende-se que seja encarado como um ponto de partida para outras investigações futuras. Desta forma, importa acrescentar que muito existe ainda por conhecer e compreender sobre esta temática, tendo o principal objetivo deste estudo contribuir para o estado atual da arte e de nortear outras investigações futuras.



## Considerações finais

O presente estudo exploratório teve como objetivo compreender as potencialidades e desafios que uma ferramenta como o *podcast*, pode ter no consumo de notícias para pessoas com deficiência visual. Em particular, pretendeu contribuir para a discussão acerca deste formato, para um jornalismo mais inclusivo e acessível, avaliando a forma como os *podcasts* existentes, segundo a percepção de quem os consome, promovem (ou não) a inclusão de audiências com deficiência visual.

Os resultados deste estudo sugerem que na percepção das pessoas com deficiência visual, que consomem conteúdos em formato *podcast*, este é um formato acessível para o consumo de notícias. Além disso, é um formato em que a informação noticiosa é transmitida de forma clara e adequada aos seus interesses. Adicionalmente, os resultados também demonstraram que as potencialidades na utilização deste formato para o consumo de notícias são mais significativas do que os desafios.

Não obstante aos resultados acima mencionados, importa salientar que ainda existem alguns obstáculos na utilização deste formato, sendo que 13 pessoas (52.0%) referiram já ter sentido dificuldades no acesso a um determinado conteúdo. As sugestões mencionadas pelos participantes deste estudo devem ser tidas em consideração, para que este formato possa continuar a evoluir para melhor atender às necessidades de audiências com deficiência visual, respeitando os critérios de acessibilidade, sendo estes fundamentais.

Para finalizar, sugere-se que em investigação futura esta temática continue a ser explorada visto terem sido encontradas algumas limitações tanto ao nível da literatura como na respetiva componente empírica. Recomenda-se a utilização do método por entrevista, para uma compreensão mais aprofundada e detalhada do tópico em estudo como também, outras investigações que procurem abordar a perspectiva de jornalistas portugueses que produzem conteúdos em formato *podcast*, acerca de conteúdos noticiosos acessíveis neste formato para pessoas com deficiência visual.



## Referências Bibliográficas

- Akhtar, I. (2016). Research Design. Em Social Research Foundation: Kanpur. *Research in Social Science: Interdisciplinary Perspectives* (1ª ed., pp. 68-84). Social Research Foundation. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2862445>
- Alves, N. L. L., Ferreira, L. P., & Rolim, M. R. P. (2011). Efeitos de uma atuação fonoaudiológica na locução radiofônica de um deficiente visual. *Distúrb Comum*, 23(1), 87-95. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodero-emma-tono-voz-femenina.pdf>
- Amaral, S., Cardoso, G., & Espanha, R. (2006). As rádios portuguesas e o desafio do (on)line. *Obercom*, 1-42. <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/06/As-r%C3%A1dios-portuguesas-e-o-desafio-do-online-%E2%80%93-Set2006.pdf>
- Antón, E. R. (2001, novembro). *El tono de la voz masculina y femenina en los informativos radiofónicos: un análisis comparativo* [Apresentação de comunicação]. Congresso Internacional Mujeres, Hombres y Medios de Comunicación, Junta de Castilla y León, Valladolid
- Araújo, V. B. D. (2015). *Leitores especiais de jornais: um estudo sobre estratégias de acessibilidade de pessoas cegas ao webjornalismo paraibano* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba – UFPB]. Repositório Institucional da UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7984>
- Balsebre, A. (2012). El lenguaje radiofónico. Em Ediciones Cátedra (Eds.), *El lenguaje radiofónico* (6ª ed, pp.17-31). Cátedra.
- Barbosa, L. L. (2010). *O percurso da rádio: do analógico ao virtual* [Trabalho de projeto, ESEPF – Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti]. Repositório ESEPF. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/848>
- Berté, P., Cancian, J. R., Carraro, M., Madeira, A., & Schlosser, C. (2008). O rádio como instrumento facilitador no processo de inclusão social. *Biblioteca online de ciências da comunicação - BOCC*, 1-12. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cancian-juliana-radio-como-instrumento-facilitador.pdf>
- Bessa, M. F. (2004). *O aspecto vocal no rádio jornalismo* [Tese de licenciatura, UNL – Universidade Nova de Lisboa]. Repositório UBI. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bessa-mariana-radio-jornalismo.pdf>
- Bezerra, L. S. (2018). *EducaPod: uma ferramenta de mobile-learning com tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual* [Dissertação de mestrado, UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco]. Repositório UFRPE. <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7949>
- Bonito, M. A. (2012, setembro 3-7). *Jornalismo digital deficiente e inconvergente* [Apresentação de comunicação]. Intercom – XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2297-1.pdf>
- Bonito, M. A. (2015). *Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil* [Tese de doutoramento, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS]. Repositório Digital da Biblioteca UNISINOS. <http://www.repositorio.iesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>
- Bonito, M. A., Beilfuss, L., & Santos, L. C. D. (2017, novembro). O jornalismo deficiente, sem acessibilidade comunicativa, nas práxis cotidianas do grupo RBS de Comunicação. Em SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (Org.). *Processos Comunicacionais inclusivos - Narrativas Midiáticas com Acessibilidade Comunicativa* [Simpósio]. 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo. [https://www.researchgate.net/publication/330857129\\_O\\_jornalismo\\_deficiente\\_sem\\_acessibilidade\\_comunicativa\\_nas\\_praxis\\_cotidianas\\_do\\_grupo\\_RBS\\_de\\_Comunicacao](https://www.researchgate.net/publication/330857129_O_jornalismo_deficiente_sem_acessibilidade_comunicativa_nas_praxis_cotidianas_do_grupo_RBS_de_Comunicacao)
- Bonixé, L. (2008). As notícias dos sites das rádios portuguesas: contributos para a sua compreensão. *Prisma.Com*, (7), 275-299. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2070>

- Bonixe, L. (2010). A rádio informativa portuguesa na internet: O estado da arte. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 7(2), 332-341. <http://dx.doi.org/10.5007/1984-6924.2010v7n2p332>
- Bonixe, L. (2011). Jornalismo radiofónico e Internet – Um estudo da evolução do uso das potencialidades online nas notícias dos sites da rádio. *Comunicação e Sociedade*, 20, 29-41. [https://doi.org/10.17231/comsoc.20\(2011\).881](https://doi.org/10.17231/comsoc.20(2011).881)
- Bonixe, L. (2013, outubro 17-19). Temáticas e linhas de investigação do jornalismo radiofónico português. Em J.G. Abreu., P. J. Braumann., M. J. Centeno., M. L. Martins., C. Medeiros., M. Oliveira., M.I. Rezola., A. Sendin., F. Subtil & J. Veríssimo (Orgs.), *Comunicação Global, Cultura e Tecnologia* [Simpósio]. 8.º Congresso SOPCOM, Lisboa. <http://hdl.handle.net/1822/29597>
- Bonixe, L. (2014). Rotinas e constrangimentos no jornalismo das rádios locais portuguesas. Em P. Portela., F. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais* (pp. 61-77). CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <https://hdl.handle.net/10216/78739>
- Bonixe, L. (2017). Rádio e inclusão: uma análise de experiências de rádio para surdos em Portugal. *Media & Jornalismo*, 17(31), 59-72. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_31\\_4](https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_4)
- Braun, E. (1992). Hertz. Ondas electromagnéticas. Em Fondo de Cultura Económica (Ed.), *Electromagnetismo: de la ciencia a la tecnología* (1ªed., pp. 52-55). Fondo de Cultura Económica
- Briggs, A., & Burke P. (2006). *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet* (2ª ed, rev. e ampl). Zahar
- Buzzi, M. C., Buzzi, M., Leporini, B., & Mori, G. (2011, julho 9-14). *Educational Impact of Structured Podcasts on Blind Users* [Conference Paper]. Universal Access in Human-Computer Interaction. Applications and Services - 6th International Conference, Orlando, FL, USA. [https://doi.org/10.1007/978-3-642-21657-2\\_56](https://doi.org/10.1007/978-3-642-21657-2_56)
- Canellas, W. (2009). Rádio: alguns aspectos estéticos dos estudos de recepção. *Lugar Comum*, (28), 229-238. [https://www.academia.edu/31430039/R%C3%A1dio\\_alguns\\_aspectos\\_est%C3%A9ticos\\_dos\\_estudos\\_de\\_recep%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/31430039/R%C3%A1dio_alguns_aspectos_est%C3%A9ticos_dos_estudos_de_recep%C3%A7%C3%A3o)
- Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A. (2021). Digital News Report Portugal 2021. *OberCom — Reuters Institute for the Study of Journalism*, 1-112. [https://obercom.pt/wp-content/uploads/2021/06/DNR\\_PT\\_2021\\_final.pdf](https://obercom.pt/wp-content/uploads/2021/06/DNR_PT_2021_final.pdf)
- Cardoso, G., Vieira, J., & Mendonça, S. (2010). Os novos caminhos da rádio: Radiomorphosis, tendências e perspectivas. *Obercom*, 1-55. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1991.7686>
- Cavalcante, B. F. D. O. (2018, agosto 29). Sobre direitos e deveres: a lacuna da acessibilidade e a [não] utilização de ferramentas assistivas nos veículos de comunicação [Apresentação de Comunicação]. Anais III CINTEDI e a III Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva, Campina Grande. [http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO\\_EV110\\_MD1\\_SA2\\_ID2051\\_26072018021636.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA2_ID2051_26072018021636.pdf)
- CIF. (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Organização Mundial de Saúde. <https://catalogo.inr.pt/documents/11257/0/CIF+2004/4cdfad93-81d0-42de-b319-5b6b7a806eb2>
- Colenbrander, A. (2002, abril 20). Visual Standards aspects and ranges of vision loss with emphasis on population surveys. Em International Council of Ophthalmology (Org.). *29th International Congress of Ophthalmology* [Conferência]. International Council of Ophthalmology, Sidney. [https://www.researchgate.net/publication/248343777\\_Visual\\_Standards\\_aspects\\_and\\_ranges\\_of\\_vision\\_loss\\_with\\_emphasis\\_on\\_population\\_surveys](https://www.researchgate.net/publication/248343777_Visual_Standards_aspects_and_ranges_of_vision_loss_with_emphasis_on_population_surveys)
- Cole, R. G., Faye, E. E., Fraser, K. E., Freeman, P. B., Goodrich, G. L., Stelmack, J. A., & Wainapel, S. F. (2007). Optometric clinical practice guideline care of the patient with visual impairment (Low vision rehabilitation) - Reference Guide for Clinicians. *American Optometric Association*, 1-65. <https://www.sdeyes.org/docs/CPG-14.pdf>

- Conceição, A. R. P. D. (2020). *O acesso aos cuidados de saúde primários – a perceção das pessoas com deficiência visual* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. Repositório IC-online. <http://hdl.handle.net/10400.8/5031>
- Cordeiro, P. (2004). A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução. *Biblioteca online de ciências da comunicação – BOCC*, 1-10. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>
- Correia, F. (2004). *A rádio não acontece... faz-se.* (1ª ed). Sete Caminhos.
- Cotanis, N. (1997). The Radio Receiver Saga: An Introduction to the Classic Paper by Edwin H. Armstrong. *Proceedings of the IEEE*, 85(4), 681-684. <http://dx.doi.org/10.1109/JPROC.1997.573756>
- Dávila, J. G. S. (2020). Instrumentalismo y la teoría electromagnética de Maxwell. *Open Insight*, 11(21), 169-193. <http://openinsight.mx/index.php/open/article/view/366>
- Decreto-Lei n.º 83/2018. (2018). Acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos públicos. *Diário da República*, I Série, 202, 5029-5035. <https://dre.pt/home/-/dre/116734769/details/maximized>
- Del Bianco, N. R. (2005). O tambor tribal de McLuhan. Em E. Meditsch (Ed.), *Teorias do Rádio - Textos e Contextos* (Vol. 1, pp. 1-10). Insular.
- Del Bianco, N. R. (2006). E tudo vai mudar quando o Digital chegar. *Biblioteca online de ciências da comunicação – BOCC*, 1-10. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-radio-digital.pdf>
- Didoni, B. (2011). *A Internet como Meio de Acessibilidade Informacional para o Deficiente Visual* [Apresentação de comunicação]. CELACOM - Colóquio Internacional sobre a Escola Latino Americana de Comunicação. 2-15. Araraquara, Brasil.
- Diretiva 2009/625/CE. (2009). Literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva. *Jornal Oficial da União Europeia*, 9-12. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:32009H0625&from=EN>
- Diretiva (UE) 2016/2102 (2016). Acessibilidade dos sítios web e das aplicações móveis de organismos do setor público. *Jornal Oficial da União Europeia*, 1-15. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32016L2102>
- Faria, S. J. M. D. (2009). *Dizer o jornalismo radiofónico: o papel da voz e da locução em rádio* [Dissertação de mestrado, UBI – Universidade da Beira Interior]. Repositório UBI. <http://hdl.handle.net/10400.6/1242>
- Fernandes, J. (2011). Os Media Portugueses na Internet: Acessibilidade dos conteúdos Web da imprensa escrita, radiofónica e televisiva segundo as WCAG 1.0 do W3C. *UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento*, I.P.
- Ferraretto, L. A. (2014). O rádio. Em S. B. Cury & M. Neris (Eds.), *Rádio: teoria e prática* (1ª ed). Summus Editorial.
- Ferreira, A. (2008). Usabilidade e Acessibilidade no design para a Web [Dissertação de mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto]. Repositório FBAUP. [https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=23783](https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=23783)
- Fidalgo, R. I. P. (2018). *Perfil dos noticiários em rádios portuguesas: uma comparação entre rádios temáticas informativas e generalistas* [Dissertação de mestrado, IPL – Instituto Politécnico de Lisboa]. Repositório IPL. <http://hdl.handle.net/10400.21/9456>
- Fidler, R. (1997). *Mediamorphosis: Understanding New Media*. Pine Forge Press.
- Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Foschini, A. C., & Taddei, R. R. (2006). *Coleção Conquiste a Rede – Podcast*.
- Frederico, C. (2007). Brecht e a “Teoria do rádio”. *Estudos Avançados*, 21(60), 217-226. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200017>
- Freire, E. P. A. (2011). O podcast como ferramenta de educação inclusiva para deficientes visuais e auditivos. *Revista Educação Especial*, 24(40), 195-206. <https://doi.org/10.5902/1984686X2028>

- Gorbman, C. (1999). Translator's Note. Em M. Chion (Ed.), *The voice in cinema*. Columbia University Press
- Hennig, N. (2017). Podcast literacy: Educational, accessible, and diverse podcasts for library users. *Library Technology Reports*, 53(2), 1-42. <https://doi.org/10.5860/ltr.53n2>
- Henriques, C. (2019, outubro 3-4). Dos “rapazes da rádio” ao direito à palavra “jornalista”: a formação e a profissionalização dos jornalistas radiofônicos em Portugal [Apresentação de comunicação]. História do Jornalismo em Portugal, Lisboa. <http://historiadojornalismo.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/59/2019/09/PROGRAMA-E-RESUMOS-final.pdf>
- Herschmann, M., & Kischinhevsky, M. (2008). A “geração podcasting” e os novos usos do rádio na sociedade do espetáculo e do entretenimento. *Revista Famecos*, 15(37), 101-106. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.37.4806>
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). Grau e tipo de dificuldade na realização das atividades diárias. Em Instituto Nacional de Estatística, I.P. (Ed.), *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal* (p.27).
- Iwarsson, S., & Ståhl, A. (2003). Accessibility, usability and universal design — positioning and definition of concepts describing person-environment relationships. *Disability and Rehabilitation*, 25(2), 57-66. <https://doi.org/10.1080/0963828021000007969>
- Junior, J. B. B., & Coutinho, C. P. (2009, abril 14-15). Podcast: uma Ferramenta Tecnológica para auxílio ao Ensino de Deficientes Visuais. Em Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Org.). *VIII LUSOCOM: Comunicação, Espaço Global e Lusofonia* [Simpósio]. 8º Congresso LUSOCOM, Lisboa. <http://hdl.handle.net/1822/9030>
- Kaseker, M. P., & Ribaski, H. C. (2015). Radiojornalismo e convergência: um estudo sobre potencialidades e possibilidades. *Revista de Estudos da Comunicação*, 16(41). <http://dx.doi.org/10.7213/rec.v16i41.22530>
- Kischinhevsky, M. (2018). Rádio em episódios, via internet: aproximações entre o podcasting e o conceito de jornalismo narrativo. *Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación*, 5(10), 74-81. <https://doi.org/10.24137/raeic.5.10.24>
- Lei n.º 64/2007. (2007). Estatuto do Jornalista. *Diário da República*, Série I, 213, 8052-8063.
- Lima, M. T. D., & Silva R. S. D. (2017). A interação entre o público deficiente visual e os meios de comunicação. *Anais do EVINCI – UniBrasil*, 3(2), 657-668. <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/3440/3031>
- Mafort, M. R., Ramos, L. F., & Fernandes-Santos, C. (2019). PODCAST COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR. *SocArXiv Papers*. <https://doi.org/10.31235/osf.io/4vypq>
- Maia, M. (s/d). Como nasceu a invasão dos marcianos. Em *Clássicos da Rádio*. <http://www.classicosdaradio.com/InvasaoMarcianos.htm>
- Marktest. (2021, junho). *Mais de 3 milhões de portugueses ouvem rádio pela internet*. <https://www.marktest.com/wap/a/n/id~278e.aspx>
- Masip, J. G. (2015). Maxwell: la teoría electromagnética de la luz. *Arbor*, 191(775), 1-20. <http://dx.doi.org/10.3989/arbor.2015.775n5004>
- Martínez-Costa, M. D. P. (2004). La radio digital en Europa: perspectivas y evolución. *Quaderns del CAC*, (18), 3-12. [https://www.cac.cat/sites/default/files/2019-05/Q18\\_mrtinezcosta\\_ES.pdf](https://www.cac.cat/sites/default/files/2019-05/Q18_mrtinezcosta_ES.pdf)
- Martínez Costa, M. D. P., Moreno, E., & Amoedo, A. (2012). La radio generalista en la red: un nuevo modelo para la radio tradicional. *Anagramas Rumbos Y Sentidos De La Comunicación*, 10(20). <https://doi.org/10.22395/anr.v10n20a11>
- Martins, N. P. M. (2008). *Webrádio: novos gêneros, novas formas de interação* [Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da UFMG]. Repositório UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/AIRR-7DDJD8>
- Medeiros, M. S. D. (2006, setembro 6-9). *Podcasting: Um Antípoda Radiofônico* [Apresentação de comunicação]. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Brasília. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0776-1.pdf>

- Meditsch, E. (1997). A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico. *Biblioteca online de ciências da comunicação - BOCC*, 1-13. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-discurso-radiojornalismo.pdf>
- Meditsch, E. (1995). Sete meias-verdades e um lamentável engano que prejudicam o entendimento da linguagem do radiojornalismo na era eletrônica. *Biblioteca online de ciências da comunicação - BOCC*, 1-10. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-meias-verdades.pdf>
- Meditsch, E. (2005). O elogio do invisível pelo mestre da imagem: Rudolf Arnheim e o poder estético do rádio. *Biblioteca online de ciências da comunicação - BOCC*, 1-10. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-elogio-do-invisivel.pdf>
- Mermelstein, B., & Tal, E. (2005, november 28-30). Using Cellular Phones in Higher Education, in *Wireless and Mobile Technologies in Education*. [Communication presentation]. IEEE International Workshop on Wireless and Mobile Technologies in Education (WMTE'05), Tokushima, Japan. <https://doi.org/10.1109/WMTE.2005.71>
- Neumark, N. (2010). Introduction: The paradox of voice. Em R. Gibson., T. V. Leeuwen., & N. Neumark (Eds.), *Voice: Vocal Aesthetics in Digital Arts and Media* (pp. 15-33). MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262013901.001.0001>
- Neves, J. (2011, setembro 28). *Imagem(ns) das pessoas com deficiência nos media* [Apresentação de comunicação]. Colóquio Media e Deficiência, Lisboa. [https://academia.edu/35856378/Imagem ns das pessoas com defici%C3%Aancia nos media](https://academia.edu/35856378/Imagem%20ns%20das%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%20nos%20media)
- OFTALPRO. (2018, setembro). *Os números portugueses da deficiência visual*. <https://www.oftalpro.pt/2018/09/17/os-numeros-portugueses-da-deficiencia-visual/>
- Oliver, M. (1990). Disability Definitions: the Politics of Meaning. Em M. Oliver (Ed.), *The Politics of Disablement*, (pp. 1-11). Macmillan International Higher Education. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-20895-1>
- Oliver, M. (1996). *Understanding Disability: From Theory to Practice*. MacMillan.
- Oliveira, M. (2013). A história surda dos estudos de rádio e os desafios da investigação sobre as significações do ouvir. *Significação: Revista De Cultura Audiovisual*, 40(39), 71-87. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2013.59951>
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2019, outubro). *Relatório Mundial sobre a Visão*. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/328717/9789241516570-por.pdf>
- Paiva, A. S. E. B. (2018). *Rádio Aumentada: Proposta de reportagem em realidade aumentada e som binaural* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/47861>
- Pinto, P. C. (2014). Monitorização dos Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal. *ODDH – Observatório da Deficiência e Direitos Humanos*, 1-124. <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/230-relat%C3%B3rio-paralelo-sobre-a-conven%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-das-pessoas-com-defici%C3%Aancia-em-portugal>
- Pinto, P. C., & Teixeira D. (2012). Relatório Nacional sobre Acessibilidade. *ANED – Academic Network of European Disability experts*, 1-16. <https://www.disability-europe.net/search?searchword=Relat%C3%B3rio%20Nacional%20sobre%20Acessibilidade&searchphrase=all>
- PORDATA. (2001). *População residente com deficiência segundo os Censos: total e por tipo de deficiência (2001)*. [https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+defici%C3%Aancia+segundo+os+Censos+total+e+por+tipo+de+defici%C3%Aancia+\(2001\)-1239](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+defici%C3%Aancia+segundo+os+Censos+total+e+por+tipo+de+defici%C3%Aancia+(2001)-1239)
- Portela, P. (2011). *Rádio na Internet em Portugal* (1ªed). <http://hdl.handle.net/1822/55281>
- Prado. E. (1985). *Estructura de la información radiofónica*. Mitre.
- Rádio e Televisão de Portugal. (s.d.). *Criação da Emissora Nacional*. <https://media.rtp.pt/80anosradio/historia/criacao-da-emissora-nacional/>

- Rádio Renascença. (2017, abril). *Renascença. A história de 80 anos de rádio*. <https://rr.sapo.pt/2017/04/10/vida/renascenca-a-historia-de-80-anos-de-radio/especial/80687/>
- Reis, A. I. C. M. (2009). *O Áudio no Jornalismo Radiofónico na Internet* [Tese de doutoramento, UM-Universidade do Minho]. Repositório UM. <http://hdl.handle.net/1822/19749>
- Reis, A. I. C. M. (2014). As rádios piratas em Portugal – contributos para um percurso. Em P. Portela., F. Ribeiro & A. I. Reis (Eds.), *Das Piratas à Internet: 25 Anos de Rádios Locais* (pp. 9-28). CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. <http://hdl.handle.net/1822/34104>
- Ribeiro, M. G. (2016). Pequena inversão sobre o duplo. Em S. Venturelli & C. Rocha (Org.). *Mutação, Confluências e Experimentações na Arte e Tecnologia* [Simpósio]. Anais do 15º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia, Brasília.
- Ribeiro, N. (2007). A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936). *Comunicação & Cultura*, (3), 175-199. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2007.446>
- Ribeiro, N. (2010). A emergência da rádio e a vulgarização do entretenimento no lar. *Comunicação & Cultura*, (10), 115-131. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2010.548>
- Rodero, E. (2013). The Perception of a Broadcasting Voice. *US-China Education Review A & B*. 3(4), 225-230. [https://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/35702/Rodero\\_usc\\_perc.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/35702/Rodero_usc_perc.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Salganik, M. J., & Heckathorn, D. D. (2004). Sampling and Estimation in Hidden Populations Using Respondent-Driven Sampling. *Sociological Methodology*, 34, 193–239. <http://www.jstor.org/stable/3649374>
- Santos, R. (2015). História da rádio em Portugal: dos pioneiros à rádio nova (1924-1974). Em M. Oliveira., & N. Prata (Eds.), *Rádio em Portugal e no Brasil: Trajetória e Cenários* (pp. 21-34). Centro De Estudos De Comunicação e Sociedade. <http://hdl.handle.net/1822/39717>
- Santos, R. (2017). *Estudos da rádio em Portugal*. Universidade Católica.
- Sasaki, R. K. (2011). Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, versão atualizada, 5(24), 1-11.
- Segatto, K. A. D. F. (2015). *Acessibilidade e multimidialidade no webjornalismo da América do Sul* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. Repositório da UEPG. <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/45>
- Serra, J. P. (2007). A comunicação de massa e os mass media. Em J. P. Serra (Ed.), *Manual de Teoria da Comunicação* (pp.143-166). Labcom. <https://labcom.ubi.pt/ficheiros/serra-paulo-manual-teoria-comunicacao.pdf>
- Silva, B. D. D., & Teixeira, M. M. (2010). Rádio Web & Podcast: conceitos e aplicações no ciberespaço educativo. *Revista de Comunicación y Nuevas Tecnologías*, (4), 253-261. <http://hdl.handle.net/1822/13649>
- Silva, M. C. C. C. D. (2019). *Para além do visível: princípios para uma audiodescrição menos visocêntrica* [Tese de Doutoramento, Universidade Federal da Bahia]. Repositório UFBA. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29344>
- Silva, M. D. A. (2017). *Jornalismo e Acessibilidade Comunicacional: Estratégias para a inclusão de pessoas com deficiência visual através dos dispositivos móveis* [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior – UBI]. Repositório digital da UBI. <http://hdl.handle.net/10400.6/7863>
- Spà, M. M. (1986). La campaña electoral ha terminado. Em M. M. Spà (Ed.), *Sociología de la comunicación de masas: Propaganda política y opinión pública* (2ª ed, vol. 3, pp. 20-39). Gustavo Gili
- Sullivan, J. L. (2019). The Platforms of Podcasting: Past and Present. *Social Media + Society*, 5(4), 1-12. <https://doi.org/10.1177/2056305119880002>

- Tiainen, M. (2013). Revisiting the voice in media and as medium: New materialist propositions. *NECSUS. European Journal of Media Studies*, 2(2), 383-406. <https://doi.org/10.25969/mediarep/15096>
- Torres, E.F., & Mazzoni, A. A. (2004). Conteúdos digitais multimídia: o foco na usabilidade e acessibilidade. *Ciência da informação*, 33 (2), 152-160. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000200016>
- Treadwell, D. (2017). *Introducing Communication Research: Paths of Inquiry* (3ª ed). SAGE Publications.
- United Nations. (2017). *Universal Declaration of Human Rights*. United Nations Publications. <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>
- Wolf, M. (1987). A evolução da pesquisa sobre as comunicações de massa. Em M. Wolf (Ed.), *Teorias da comunicação* (8ªed, pp. 13-255). Presença.
- World World Wide Web Consortium. (s.d.-a). Facts About W3C. <https://www.w3.org/Consortium/facts.html>
- World World Wide Web Consortium. (s.d.-b). *Introduction to Understanding WCAG 2.0*. <https://www.w3.org/TR/UNDERSTANDING-WCAG20/intro.html#introduction-fourprincs-head>
- World World Wide Web Consortium. (2008, december). *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.0*. <https://www.w3.org/TR/WCAG20/>
- Zapparoli, M., Klein, F., & Moreira, H. (2009). Avaliação da acuidade visual Snellen. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 72(6), 783-788. <https://doi.org/10.1590/S0004-27492009000600008>

## Anexos

### Anexo A- Inquérito por questionário dirigido a pessoas com deficiência visual

# Potencialidades e desafios do formato podcast para o consumo de notícias de pessoas com deficiência visual

Termo de Consentimento Informado:

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação de mestrado a decorrer no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Este estudo tem como objetivo compreender as potencialidades e desafios que uma ferramenta como o podcast, pode ter no consumo de notícias de pessoas com deficiência visual. Desta forma, pretende ainda contribuir para a discussão acerca do jornalismo em Portugal, e como este poderá tornar-se mais acessível e inclusivo.

O que é necessário para participar neste estudo?

Este estudo é dirigido a pessoas com deficiência visual, entre os 18 e acima dos 65 anos de idade, residentes em Portugal, e que consumam ou já tenham consumido conteúdos em formato podcast.

Em que consiste a minha participação no estudo?

A sua participação, que será muito valorizada, consiste no preenchimento de um questionário, com cerca de 20 minutos de duração, e que incide sobre o formato podcast e a sua perceção face a este. Nesse sentido, pedimos a sua sinceridade, alertando que não há respostas certas ou erradas, sendo que os resultados deste estudo irão contribuir para o avanço do conhecimento científico nesta área.

Há riscos ou inconvenientes?

O Iscte-IUL é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento (art.º 6.º, nº1, alínea a), do Regulamento Geral de Proteção de Dados).

O presente estudo é coordenado pelo Professor Doutor Pedro Miguel Pereira Neto ([pedro.neto@iscte-iul.pt](mailto:pedro.neto@iscte-iul.pt)), e realizado pela investigadora Inês da Silva Dias ([idsn1@iscte-iul.pt](mailto:idsn1@iscte-iul.pt)), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá ainda utilizar os contactos indicados para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

Os seus dados pessoais serão conservados por quatro meses, após o qual serão destruídos ou anonimizados, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou artigos científicos. Sendo que, não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais, e tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email [dpo@iscte-iul.pt](mailto:dpo@iscte-iul.pt). Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Qual a vantagem de participar?

Mesmo podendo não beneficiar de forma direta com a participação neste estudo, as suas respostas irão contribuir para melhor compreender o papel do podcast, enquanto formato jornalístico, no que respeita à sua utilização por pessoas com deficiência visual.

A sua participação no estudo não será remunerada. Não comporta qualquer custo financeiro associado, para si.

Quem pode aceder aos dados?

A sua participação neste estudo é confidencial. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

A participação no estudo é voluntária?

A participação no estudo é estritamente voluntária: pode escolher livremente participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Declaro ter compreendido os objetivos do estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas. Por favor, indique se aceita participar no estudo: \*

- Sim  
 Não

#### Dados sociodemográficos:

1.1. Indique a sua faixa etária: \*

- 18 a 24  
 25 a 34  
 35 a 44  
 45 a 54  
 55 a 64  
 Mais de 64

1.2. Género: \*

- Masculino  
 Feminino  
 Outra: \_\_\_\_\_

1.3. Habilitações literárias: \*

- Não sabe ler nem escrever  
 Sabe ler e escrever sem nenhum grau de escolaridade completo  
 1º Ciclo (4º ano)  
 2º Ciclo (6º ano)  
 3º Ciclo (9º ano)  
 Ensino secundário (12º ano)  
 Ensino superior (Licenciatura, Pós-graduação, Mestrado e/ou Doutoramento)

1.4. Região onde reside: \*

- Norte  
 Centro  
 Lisboa e Vale do Tejo  
 Alentejo  
 Algarve  
 Região Autónoma da Madeira  
 Região Autónoma dos Açores

1.5. Refira a sua deficiência visual: \*

- Cegueira
- Baixa visão

**O consumo de conteúdos em formato podcast:**

2.1. Qual o dispositivo que costuma utilizar para aceder a um podcast? \*

- Telemóvel
- Computador
- Tablet
- Outra: \_\_\_\_\_

2.2. Qual o recurso que utiliza para o/a auxiliar na sua experiência ao ouvir um podcast? \*

- Leitor de ecrã
- Ampliador de ecrã
- Outra: \_\_\_\_\_

2.3. Utiliza o formato podcast de forma regular? \*

- Sim
- Não

2.4. O que mais procura quando utiliza este formato? \*

A sua resposta \_\_\_\_\_

**Consumo de notícias em formato podcast:**

3.1. Já alguma vez utilizou este formato para ficar a par das notícias da atualidade? \*

- Sim
- Não

3.2. Considera que este é um formato acessível para saber as notícias da atualidade? \*

A sua resposta \_\_\_\_\_

3.3. Considera que a informação noticiosa transmitida em podcast, é feita de forma clara e que vai ao encontro dos seus interesses? \*

A sua resposta \_\_\_\_\_

3.4. Das seguintes categorias temáticas de notícias, qual costuma ouvir? \*

- Desporto
- Política
- Economia
- Cultura
- Sociedade
- Saúde
- Internacional
- Outra: \_\_\_\_\_

3.5. Escreva 2 palavras ou expressões que, na sua opinião, permitem completar as seguintes afirmações:

3.5.1. Para mim, as vantagens de utilizar este formato para consumir notícias são... \*

A sua resposta \_\_\_\_\_

3.5.2. Para mim, as desvantagens de utilizar este formato para o consumo de notícias são... \*

A sua resposta \_\_\_\_\_

Acessibilidade de conteúdos em formato podcast, no geral (exemplo: conteúdos noticiosos, lifestyle, humor, etc.):

4.1. De que forma costuma aceder e ouvir um podcast? \*

- Diretamente de um website
- Transferir o ficheiro de áudio do website, para ouvir mais tarde
- Diretamente da aplicação
- Transferir o ficheiro de áudio da aplicação, para ouvir mais tarde
- Outra: \_\_\_\_\_

4.2. Considera que, no seu dia a dia, é prático aceder a um conteúdo em formato podcast? \*

- Sim
- Não
- Não respondo

4.3. Alguma vez sentiu dificuldades em aceder a um conteúdo em formato podcast? \*

- Sim
- Não
- Não respondo

4.4. Caso tenha sentido dificuldades, de que forma considera que estas podem ser atenuadas/resolvidas?

A sua resposta

Muito obrigado por ter participado neste estudo.

Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre a compreensão das potencialidades e desafios que uma ferramenta como o podcast, pode ter no consumo de notícias de pessoas com deficiência visual. Desta forma, pretende ainda contribuir para a discussão acerca do jornalismo em Portugal, e como este poderá tornar-se mais inclusivo e acessível. Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: Professor Doutor Pedro Miguel Pereira Neto ([pedro.neto@iscte-iul.pt](mailto:pedro.neto@iscte-iul.pt)) e investigadora Inês da Silva Dias ([idsn1@iscte-iul.pt](mailto:idsn1@iscte-iul.pt)).

Mais uma vez, obrigado pela sua participação.

Anterior

Submeter

Limpar formulário